----------ATA Nº. 14----------

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 28 DE JUNHO DE 2019: Aos vinte e oito dias do mês de junho do ano de dois mil e dezanove, reuniu pelas vinte horas e trinta minutos, em sessão ordinária, na Escola Profissional Vasconcellos Lebre, a Assembleia Municipal, cuja Mesa foi constituída pela Senhora Presidente da Mesa, Daniela de Melo Esteves e pelos 1.º e 2º Secretários, o Senhor Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis e a Senhora Maria de Lurdes de Jesus Cardoso Bastos, respetivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: Período Destinado à Intervenção do Público; Período Antes da Ordem do Dia e Período da Ordem do Dia: ----------

1) Votação das Atas n.ºs 10 e 13; ----------

2) Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c), do n.º 2, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; ----------

3) Listagem de Compromissos Plurianuais; ----------

4) Transferência de Competências para as Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, nos termos da Lei-Quadro da Transferência de Competências (Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto) e diplomas setoriais – Educação - Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro; ----------

5) Proposta de Acordo Prévio para Transferência de Competências para a CIM Coimbra (artigo 75.º do DL n.º 21/2019) – Proposta n.º 42/2019; ----------

6) Transferência de Competências para os Órgãos Municipais no domínio da Proteção Civil, nos termos do Decreto- Lei n.º 44/2019, de 1 de abril; ----------

7) Transferência de Competências para as Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, nos termos da Lei-Quadro da Transferência de Competências (Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto) e diplomas setoriais – Transporte Turístico de Passageiros e do Serviço Público de Transporte de Passageiros Regular em Vias Navegáveis Interiores – Decreto-Lei n.º 58/2019, de 30 de abril; ----------

8) Proposta de Acordo Prévio para Transferência de Competências para a CIM Coimbra (artigo 8.º do DL n.º 58/2019) – Proposta n.º 43/2019; ----------

9) Proposta de Acordo Prévio para Transferência de Competências para a CIM Coimbra (artigo 26.º do DL n.º 23/2019, de 30 de janeiro) – Proposta n.º 44/2019; --

10) Transferência de Competências para os Órgãos Municipais no domínio das Áreas Portuário-Marítimas e Área Urbanas de Desenvolvimento Turístico e Económico não afetas à Atividade Portuária, nos termos do Decreto-Lei n.º 72/2019, de 28 de maio; ----------

11) Transferência de competências dos Municípios para os Órgãos das Freguesias – Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril). ----------

Uma vez declarada aberta a sessão, a Senhora Presidente da Mesa referiu que o 1.º Secretário da Mesa, Senhor Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, iria proceder à chamada dos membros da Assembleia Municipal. ----------

Os Senhores Deputados Municipais, Pedro Miguel Soares Gomes Semedo, Bruno Manuel Pereira Coimbra, Susana Catarina Simões Almeida, Isabel Maria dos Santos Luzeiro, Jorge Manuel Ferreira Rama, Mara Lúcia Lopes dos Santos e Rodrigo Manuel Gomes Breda, solicitaram a sua substituição, tendo, para o efeito, sido convocados, Iola Marina Gaspar Batista, Paula Regina Tarrafa dos Santos Ramalho,

Sandra Patrícia dos Santos Machado, Tiago Miguel Santos Neves Costa Ângelo, Cristiana Raquel Alves Duarte, Frederico Miguel do Céu Marques dos Santos, Ruben Batista Fernandes, respetivamente. As Senhoras Deputadas Municipais, Paula Regina Tarrafa dos Santos Ramalho e Cristiana Raquel Alves Duarte, não estiveram presentes. O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Luso solicitou a sua substituição pelo Senhor João Carlos Henriques Silva, Vogal-Secretário da Junta de Freguesia e o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Casal Comba solicitou a sua substituição pelo Senhor Manuel Lindo Cardoso, Tesoureiro da Junta de Freguesia. ----------

Estiveram ainda presentes, os Senhores Presidente da Câmara Municipal, Rui Manuel Leal Marqueiro, Vice- Presidente, Guilherme José Campos Duarte e Vereadores, Hugo André Afonso Alves e Silva, Adérito de Almeida Duarte, em substituição de Sara Isabel Marques Ferreira, Arminda de Oliveira Martins, Sónia Cristina Branquinho de Almeida e Nuno Gonçalo Castela Canilho Gomes. ----------

A Senhora Presidente da Mesa deu início ao **PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** tendo-se inscrito a Senhora Ângela Sofia da Silva Rodrigues e os Senhores Raul Simões de Aguiar e Óscar Manuel Ferreira Carvalho.

1) A Senhora Ângela Sofia da Silva Rodrigues, no uso da palavra leu a seguinte intervenção que a seguir se transcreve, conforme requerido: ----------

"Em nome da Associação de Pais, vimos uma vez mais, chamar à atenção do Concelho da Mealhada e de Vossas Excelências, para o grave problema da inconclusão das obras na Escola Secundária da Mealhada. ----------

Para tal importa fazer primeiro um pequeno resumo histórico desta questão. ---------

A obra foi consignada no dia 09 de Maio de 2018, pelo que deveria estar terminada no dia 05 de Novembro de 2018, decorridos os 180 dias de prazo. ----------

Desde logo alertámos para o problema de segurança que os alunos estavam expostos, pelo facto de decorrerem trabalhos ao mesmo tempo em que a escola estaria a funcionar, além do inconveniente deterem sido deslocados cerca de 110 alunos para a EB2 da Mealhada, que assim não puderam frequentar a escola que escolheram e que lhes foi atribuída. No decorrer dessa transição de alunos para a EB2, as condições de utilização dessa escola foram-se também agravando, o que foi motivo para um abaixo assinado organizado pelos pais há cerca de 3 meses, onde eram evocados os problemas existentes, e que foi submetido à Câmara Municipal da Mealhada. ----------

Era assim fundamental, visto que não foram atempadamente prevenidos os problemas, nem criadas as soluções que permitissem a execução dos trabalhos sem pôr em risco a segurança dos nossos filhos, que a obra se fizesse rapidamente, cumprindo o prazo, o que se verificou, desde há muitos meses, que não iria ocorrer. Até ao momento, não se vislumbra qualquer intervenção enérgica por parte do Dono da Obra para tentar mudar o rumo dos acontecimentos. Fizemos a nossa obrigação enquanto Associação de Pais, ou seja, alertar para o problema. Fizemo-lo nas reuniões periódicas que temos com o diretor do agrupamento de escolas, que

sempre foi solidário nessa preocupação, fizemo-lo através das redes sociais, fizemo-lo ainda de viva voz em Assembleia Municipal no dia 27 de Dezembro de 2018. ----- Devemos recordar que nessa data nos foi pedida "paciência", e que foi dito também que uma intervenção no sentido de ter que ser feito novo concurso, levaria a um atraso de 6 meses. Mas esses 6meses entretanto já passaram, e quanto a nós foi tempo perdido, pois infelizmente não vemos ainda fim à vista. ---------- Assim perguntamos: para quando a finalização da empreitada? Saberá o Dono da Obra dizer qual a percentagem de obra que está já concluída? Será que nada pode agora ser feito? Não existem na lei mecanismos de controlo das empreitadas de obras públicas que permitam controlar os prazos de execução? Estaremos todos condenados a esta empreitada sem fim, que deveria demorar 180 dias a executar, e que leva já 414, mais do dobro, e onde talvez nem metade esteja concluído? -------- Concluindo, importa de uma vez por todas que o Dono da Obra, neste caso a Câmara Municipal da Mealhada, tome as medidas necessárias para que a obra seja terminada, de forma a que os nossos filhos não estejam mais tempo a ser prejudicados nos seus estudos e na sua segurança diária. Dentro de pouco mais de 2 meses o novo ano escolar irá começar. Em que condições? O que está a ser feito para não se repetir o que se passou no ano passado? ---------- Agradecemos por favor Excelências um esclarecimento da vossa parte, certos de que deverão entender que a paciência e a compreensão pedidas já foram em muito ultrapassadas." (inicio: após 17 minutos; fim: após 21 minutos). ----------

A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que esclareceu de novo que o dono da obra, ou o Município, tem duas possibilidades de interferir junto duma obra que adjudicou, ou com a aplicação de multas contratuais, não resolvendo a obra, ou, com a resolução do contrato, sendo depois possível os tribunais suspenderem a decisão administrativa. Assim, a Câmara foi ameaçando o empreiteiro com multas contratuais, mas isso não faz com que a obra se faça, encontrando-se executada cerca de trinta por cento da mesma. Afirmou que o empreiteiro não tem credibilidade financeira e que foi feita uma reunião com o Senhor Diretor do Agrupamento, tendo a Câmara apresentado a possibilidade de resolução do contrato, não sendo este um caminho sem riscos. ----------

Concluiu que não existem outros meios de luta, nem de defesa contra um empreiteiro que não cumpre com as suas obrigações (inicio: após 21 minutos; fim: após 29 minutos). ----------

2) O Senhor Raul Simões de Aguiar, no uso da palavra, afirmou que o executivo se encontra há mais de dois mil dias à frente dos destinos do concelho e da freguesia do Luso sem que tivessem sido realizadas obras no Cine Teatro Avenida, nem as de requalificação do centro do Luso e em Várzeas, nem posta em funcionamento a piscina e a cafetaria-restaurante do lago, fechados há um ano, nem feita a limpeza florestal da Quinta do Alberto, nem os balneários no campo Jorge Manuel. Referiu lembrar-se de poucas intervenções como as casas de banho num contentor à entrada do lago, e outra, no lago. Afirmou que o polo industrial de Barrô era agora um parque de transporte de mercadorias. Acrescentou haver ainda algum tempo,

para fazer alguma coisa no Luso, uma joia que merecia maior gratidão pelo contributo generoso que dá ao orçamento municipal. (inicio: após 29 minutos; fim: após 32 minutos). ----------
A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que esclareceu que em Várzeas foi seguido o projeto que existia na Câmara; que o Teatro do Luso, comprado e pago, tem o projeto e a obra há-de ser feita. Relativamente ao parque do lago, esclareceu que sucumbiu um aqueduto a oito metros de profundidade, colocando em risco o Pavilhão Municipal, obrigando a Câmara a comprar um terreno e a fazer um projeto concessão construção com uma empresa. Depois houve outra surpresa, numa extensão de mais de noventa metros, um encaminhamento de águas que passa por baixo do lago que, no caso de sucumbir, o lago desaparecia, o que obrigou a que fossem desligadas todas as redes, eletricidade, gás natural, abastecimento de água, saneamento e águas pluviais. Esclareceu que o lago foi limpo, com a garantia de que não desaparecerá e de seguida, será cheio e serão repostos os caminhos, estando as infraestruturas prontas. A piscina abrirá, sendo a cafetaria colocada no mercado. Quanto ao Campo Jorge Manuel informou ter um piso novo e já existir a aprovação de todas as entidades necessárias para ser lançado o concurso público para os balneários. Quanto ao morro referiu ter uma rede para evitar que alguém seja atingido por uma derrocada porque tem aterro e mesmo com as águas pluviais bem encaminhadas, o risco é evidente. Acrescentou que a obra está a correr bem, os prazos a serem cumpridos e vai ser acabada. Sobre a Quinta do Alberto, informou que os geólogos que fizeram o estudo, aconselharam a Câmara a não mexer, porque o morro tem enormes dificuldades para ser mexido e ninguém tem culpa da geologia que o Luso tem, sendo necessário trabalhar com tais factos. ----------
Relativamente polo industrial de Barrô informou que houve um munícipe que comprou os terrenos legitimamente e instalou a sua frota de camiões, tendo a Câmara duas opções, ou entrar em guerra, ou alterar os seus Planos, sendo esta a opção. Concluiu dizendo que o Presidente, que não faz nada, juntamente com os seus colegas do executivo, conseguiu recuperar o Convento de Santa Cruz onde ninguém tinha tocado, recuperou dez ermidas e será apresentada uma candidatura aos fundos, para recuperar as antigas garagens do Palace e o Chalett de Santa Teresa. O Bussaco faz parte da freguesia do Luso e quando se investe no Bussaco investe-se na freguesia do Luso, existindo no Bussaco quatro candidaturas para levar a cabo em defesa da Mata (inicio: após 33 minutos; fim: após 44 minutos). ----
3) O Senhor Óscar Manuel Ferreira Carvalho, no uso da palavra, afirmou que os factos apresentados pelo Senhor Presidente não eram suficientes para uma estância termal. Afirmou continuar preocupado com o saneamento, a montante da Fonte de S. João, e acrescentou que como Presidente da Câmara devia olhar melhor para o Luso, solicitando que fosse feito o que devia porque o concelho não fica mais rico com uma estância termal a meio gás. (inicio: após 44 minutos; fim: após 46 minutos).
A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente que informou que relativamente ao saneamento, o projeto iria ser executado. Quanto à vila termal

esclareceu que a faturação do hotel das termas do Luso em maio de 2018, foi de oitenta e oito mil euros, e em maio de 2019, foi de duzentos e vinte mil euros, e que para além do esforço do hotel, a autarquia também fez por isso, com a presença das seleções nacionais e clubes de futebol da primeira liga, que vão estagiar ao Luso. Acrescentou que a Câmara fazia todos os esforços para acabar as obras o mais depressa possível, esperando abrir a piscina e ter o lago cheio com a segurança que é possível, uma vez que o trabalho foi feito com consciência, com planeamento e com engenheiros competentes. Quanto às termas, a Câmara tem feito um esforço junto do PROVER, juntamente com a Associação de Termas, mas que até à data não deram os resultados que a Câmara gostaria (inicio: após 46 minutos; fim: após 51 minutos). ----------

Não havendo mais intervenções, deu-se início ao **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** ----------

A Senhora Presidente perguntou se alguém queria intervir, tendo-se inscrito os Senhores Deputados Municipais: Paula Coelho, Luís Brandão, Iola Batista, Raúl Rodrigues, Ana Luzia Cruz e João Louceiro.----------

1) A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra à Senhora Deputada Municipal, Paula Coelho, que leu a seguinte intervenção, cuja transcrição solicitou: "*Duas palavras me trazem aqui, e têm um único fim, homenagear aquele que considero um dos grandes heróis do nosso tempo e agradecer pela ideia do seu nome ficar para sempre ligado ao nosso Bussaco. Na vida há ideias, há gestos e momentos que nos fazem felizes, este é para mim um desses. Nelson Mandela. Palavras como generosidade, força de carácter, humanismo, paciência, tenacidade, dignidade e tantas outras de igual valia, descrevem este Homem de sábia reflexão. A sua vida e forma de luta pela causa da Liberdade e da Igualdade fazem dele, para mim, e espero que para muitos outros, e verdadeiro herói do século XX. Presente na minha mente e coração, está e estará para sempre aquele dia glorioso de 1990, em que serenamente saiu da prisão a caminho da Liberdade e da Liderança. Obrigada meus senhores. Obrigada pela ideia que tiveram de eternizar, naquele pedacinho do Bosque Sacro, em cada árvore plantada o sorriso de Mandela. Obrigada*" (inicio: após 52 minutos; fim: após 55 minutos). ----------

2) A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Deputado Municipal, Luís Brandão, que referiu existirem menções na ata anterior, à descentralização das reuniões da Assembleia Municipal, mas no presente mandato ainda não aconteceu nenhuma. Lembrou o falecimento do Senhor António Pimenta que foi um autarca do concelho, exercendo um cargo de vereador num dos primeiros Executivos, após o 25 de abril de 1974. Perguntou ainda se já há algum prazo para a conclusão da obra do morro da Quinta do Alberto e se estava previsto algum ponto de água (inicio: após 55 minutos; fim: após 1 hora). ----------

A Senhora Presidente da Mesa, sobre a descentralização das reuniões, referiu que a questão teria de ser equacionada, pois envolvia alguma logística e houve vezes em que estava apenas uma pessoa a assistir. Concluiu que o assunto seria analisado. (inicio: após 1 hora; fim: após 1 hora e 1 minuto). ----------

A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que esclareceu que o morro iria ter algumas plantas nos locais possíveis, tendo sido recolhida a opinião da técnica florestal, em conjunto com os responsáveis pelo projeto e com a Junta de Freguesia, sobre as espécies. Acrescentou que seria colocado um painel iluminado, identificativo da Vila de Luso, mas relativamente à água é o pior inimigo daquele morro, pois, estão a ser encaminhadas águas para evitar erosão. (inicio: após 1 hora e 1 minuto; fim: após 1 hora e 3 minutos). ----------

3) A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra à Senhora Deputada Municipal, Iola Batista, que questionou o facto do Senhor Presidente da Câmara ter afirmado que trinta por cento da obra da Escola Secundária estava concluída e na Assembleia Municipal de 27 de dezembro, ter dito que eram cinquenta por cento. Perguntou se havia garantias de um prazo de conclusão e se estavam previstas algumas medidas para colmatar as anomalias encontradas na escola E.B. 2, 3, como por exemplo, o pavilhão, as luminárias sem proteção, os balneários que são pequenos, as fracas condições do bar, a segurança das portas e a inexistência de um espaço para acolher os alunos durante os intervalos (inicio: após 1 hora e 3 minutos; fim: após 1 hora e 7 minutos). ----------

A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que afirmou já ter respondido sobre a Escola Secundária. Esclareceu que relativamente à escola E.B. 2, 3, a Câmara estava a trabalhar nalgumas questões que, eventualmente, pudessem ser melhoradas e outras pequenas coisas até já, eventualmente, executadas, mas mexer na Escola implica um projeto e uma obra bastante mais alargada de um milhão de euros ou milhão e meio, o que exige projeto e negociação com o Ministério. Esclareceu que o que mais preocupa a Câmara e que tentará uma solução era a inexistência de coberto para os alunos, em tempo de chuva, se poderem abrigar enquanto esperam pelas camionetes. Quanto às questões de segurança, afirmou que a Câmara tem uma profissional de segurança a vigiar todas as condições em que se executa a obra e no último relatório de junho consta que se forem respeitadas as instruções constantes em obra, não há problemas. inicio: após 1 hora e 3 minutos; fim: após 1 hora e 11 minutos). ----------

4) A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Deputado Municipal, Raul Rodrigues, para ler a seguinte declaração, cuja transcrição requereu: ----------

"*Eu, Raul Isidro da Silva de Oliveira Rodrigues, declaro, no âmbito da transação judicial no processo 68/18.3T9MLD, que a minha publicação no Facebook de 31/07/2018, não tinha o intuito de ofender na honra e consideração pessoal a Sra Rosalina Nogueira, à data Secretária do executivo da Junta de Freguesia de Pampilhosa, pelo que apresento a minha retratação pública*". (inicio: após 1 hora e 11 minutos; fim: após 1 hora e 13 minutos). ----------

5) Interveio a Senhora Deputada Municipal, Ana Luzia Cruz, para ler a seguinte *"PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO* ----------

Considerando que é importante: ----------

a) aproximar a população do exercício do poder político; ----------

b) promover a importância do papel das Assembleias Municipais na construção de uma democracia mais participada; ----------
c) fomentar a participação de todos nas decisões políticas; ----------
e ainda que: ----------
e) Muitos munícipes têm problemas de mobilidade; ----------
f) na ausência de transporte próprio, o munícipe também não tem transporte público que assegure a vinda às reuniões da Assembleia Municipal na Mealhada no horário em que as mesmas ocorrem. ----------
A Assembleia Municipal da Mealhada reunida em 28 de junho de 2019, delibera: ---
- Iniciar procedimentos necessários no sentido de descentralizar as reuniões das Assembleias Municipais para as diferentes freguesias do concelho da Mealhada. ---
Mealhada, 28 de junho de 2019 ----------
A deputada municipal do Bloco de Esquerda, Ana Luzia Cruz." ----------
"Pergunta relacionada com o Investimento na Ferrovia/ Fábrica das Devesas---------
Desde o episódio da demolição não anunciada, lembro que o sr presidente na última reunião da AM respondeu a uma munícipe, conforme atesta a ata correspondente, que há um processo de negociação com as IP e que se aguarda a garantia de execução e os seus pormenores sobre a construção de uma passagem superior na estação da Pampilhosa. Explicou que depende dessa obra, a encomenda de um projeto para um parque de estacionamento. Compreendemos o ideal de uma intervenção integrada e que, em vista à melhoria da mobilidade na Pampilhosa e para uma melhor rentabilização do transporte ferroviário, a passagem superior e a possibilidade de um estacionamento que permitisse facilmente às pessoas deixar o automóvel em local adequado, seria uma mais-valia. Contudo, tememos que as tais promessas do sr ministro das IP que visitou a Pampilhosa há mais de um ano e meio não se concretizem a tempo e que por isso, não se verificando esse investimento, o que resta das Devesas caia por terra, já que fez depender qualquer intervenção no espaço da fábrica da realização da tal passagem superior. Ora, recentemente, o BE apresentou um anteprojeto para a ferrovia e no levantamento que fez sobre a atual situação fica bem evidente que para este governo é bem mais fácil prometer do que cumprir. Senão vejamos, e passo a citar algumas conclusões daquele documento: -
"Uma das primeiras decisões de política de transportes que a Assembleia da República aprovou, no quadro da presente legislatura, foi uma recomendação ao Governo no sentido da "apresentação à Assembleia da República, no prazo de um ano, de um documento estratégico para o sistema ferroviário, que vise a promoção da mobilidade dos passageiros e das mercadorias, o qual servirá de base, num prazo breve e exequível, a um Plano Ferroviário Nacional ". ----------
"Três anos depois, o Governo não apresentou qualquer projeto de diploma que permita configurar um Plano Ferroviário Nacional." ----------
"É verdade que, em 2016, o Conselho de Administração da Infraestruturas de Portugal (IP) apresentou um "Plano de Investimentos em Infraestruturas Ferrovia 2020" onde se identificava um conjunto de investimentos públicos para execução até 2020. Porém, face aos projetos incluídos no "Plano Estratégico de Transportes e

Infraestruturas 3+", fácil será de constatar que o essencial dos projetos do Ferrovia 2020 mais não eram do que o re-anúncio de investimentos que faziam parte das prioridades do governo PSD/CDS, nomeadamente no transporte de mercadorias." -
"O Plano Ferrovia 2020, apresentado pelo Governo e o Conselho de Administração das IP em Fevereiro de 2016, resultou num exercício de planeamento completamente falhado, onde nenhum dos projetos desse plano cumpriu o cronograma de execução anunciado. Em 2019, os atrasos acumulados ultrapassam, em alguns casos, os 3 anos, sendo possível afirmar que nenhuma das três linhas que compõem o Corredor Atlântico da Rede TransEuropeia de Transporte (RTE-T) estará concluída até 2023. Somente no âmbito do próximo Programa Nacional de Investimentos 2030 (PNI2030), se deverá esperar a sua conclusão, o mesmo sucedendo com uma boa parte dos projetos do Ferrovia 2020." ----------
Lamentamos que a política de inércia em relação à ferrovia esteja a ser mais uma das razões para justificar o atraso de uma intervenção adequada no espaço da Fábrica das Devesas. Pela nossa parte, procuramos ser pró ativos e tentar encontrar soluções baseadas na melhor opinião de especialistas na área do património industrial. Propusemos a realização de um estudo urgente e levantamento do valor patrimonial do que restou do edificado, para se proceder o mais rapidamente possível ao faseamento de um processo de recuperação, porque acreditamos que o tempo é escasso para defender o que resta da Fábrica das Devesas. Infelizmente, a maioria dos deputados preferiu acreditar nas promessas do tal ministro das IP. ------
Por isso, perguntamos: ----------
1) Recebeu o sr presidente mais alguma informação do investimento para o final de 19/20 na ferrovia? ----------
2) Se não, que esforços tem feito para pressionar as IP no sentido da urgência da execução da passagem superior na estação da Pampilhosa? ----------
3) Afirmou que neste momento, a preocupação é a contenção das fachadas da Fábrica das Devesas. Lembramos que para esta operação, sempre dedicou parcela nos orçamentos. O que está a ser feito para concretizar essa contenção e para respeitar o consignado na AÇÃO 04B do PERU Pampilhosa (aprovado em Assembleia Municipal Extraordinária - 27/ 07/2018) Requalificação de vazio urbano - área industrial abandonada da Fábrica das Devesas [Contenção de fachadas]?
(inicio: após 1 hora e 11 minutos; fim: após 1 hora e 21 minutos). ----------
A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que esclareceu que tem mantido contactos com o gabinete do atual Ministro das Infraestruras de Portugal e a informação mais aproximada que tem sobre as obras da passagem superior é que se iniciarão no ano de 2020, decorrendo durante o ano 2021 e as da estação, propriamente dita, cais de embarque e outras, estão previstas desenrolarem-se até 2023. Informou ainda que a Câmara tem o anteprojeto e relativamente a outros investimentos ferroviários, está previsto o traçado duma linha entre a linha do Norte e na linha da Beira Alta e que não passará na estação da Pampilhosa, ou seja, os comboios do Norte, de passageiros ou de mercadorias, passarão ao largo da Pampilhosa, diretos pela linha da Beira Alta. Relativamente ao

parque de estacionamento, afirmou que a Câmara tem a convicção de que o projeto será incluído no Orçamento de 2020. Quanto à Fábrica das Devesas, a Câmara está a trabalhar com empresas da especialidade para apurar o que deve ser feito para manter as fachadas, e logo que possível, a obra será colocada no terreno. (inicio: após 1 hora e 21 minutos; fim: após 1 hora e 27 minutos). ----------

6) A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Deputado Municipal, João Louceiro, que no uso da palavra, leu a seguinte intervenção: ----------

"Senhora Presidente, ----------

Da consulta às atas das reuniões da câmara municipal, ressaltam alguns assuntos que, por não estarem previstos na ordem do dia, trataremos neste período. A última das atas que está disponível na página do município é a de 3 de junho e só foi publicada esta semana. ----------

Na reunião de 13 de maio foi abordada a proposta de lei para o regime jurídico de criação de freguesias. O conhecimento que temos da proposta leva-nos a dizer que é má: não só não quer resolver o aniquilamento de freguesias feito pelo governo do PSD e do CDS – a ignóbil "lei Relvas" – como lança as bases para que prossiga a extinção de freguesias. ----------

Concordamos com a apreciação desfavorável feita pelo executivo, sem deixar de continuar a notar as dolorosas incoerências por parte dos eleitos do PS e do PSD, divididos entre as orientações e práticas dos seus partidos e as posições que adotam para consumo local. ----------

Pedimos uma explicação. Na ata da reunião de câmara é dito que o assunto também deveria ser remetido aqui à assembleia. Se não estamos em erro, tal não foi feito. -- Senhora presidente: que esclarecimentos pode dar sobre isto? ----------

Ainda a propósito, impõe-se fazer aqui uma precisão em relação ao que foi debatido na reunião de câmara. ----------

Segundo o relatado, a senhora vereadora Arminda Martins referiu que em 2015 os órgãos autárquicos voltaram a pronunciar-se, discordando da agregação. Não foi apenas em 2015! ----------

Esta assembleia, já este mandato, pronunciou-se inequivocamente acerca do assunto na sessão de 13 de abril de 2018, há pouco mais de um ano. E pronunciou-se, assinalando que a legislatura já ia a mais de meio sem que fosse assegurada a reversão da extinção e agregação de freguesias, o que defraudava e defrauda expetativas criadas com a formação do governo do PS... Foi nestes termos: ---------

"Firme na sua posição de defesa do Poder Local, a Assembleia Municipal da Mealhada, concelho que também foi submetido à dita reforma autárquica, delibera:

1. Reafirmar a exigência de reposição das freguesias extintas contra a vontade das populações e dos respetivos órgãos autárquicos; ----------

2. Apelar a novas intervenções dos Grupos Parlamentares da Assembleia da República no sentido de, ao invés do que sucedeu anteriormente, serem aprovadas as medidas legislativas necessárias para esse efeito; ----------

3. Divulgar publicamente esta tomada de posição e fazê-la chegar aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, ao Senhor Primeiro-Ministro, ao Senhor Ministro da Administração Interna e ao Senhor Presidente da República." ----------

A pronúncia decorreu de uma moção proposta pelo PCP, mas passou a ser a posição assumida pela assembleia municipal da Mealhada. Foi aprovada por 24 votos (!) a favor e apenas a abstenção do senhor presidente da União de Freguesias que, por algum motivo de ordem política ou outra, foi o único a hesitar acerca desta matéria. É preciso dizer com toda a clareza: também na questão da reposição das freguesias, o PS falhou, reconfirmando ser um partido de várias caras e de compromissos muito pouco fiáveis, quando eles correspondem a opções de esquerda. Tendo dito que era favorável à reposição, fê-lo sem entusiasmo. Estando interessado em coisa diferente do que dizia, deixou correr, chumbou ou deixou chumbar iniciativas legislativas, desde logo, do PCP, que resolveriam o problema. Acaba a apresentar uma proposta de lei que é um embuste. ----------

O senhor presidente da câmara, que pertence à comissão política do PS, embora não goste que isso aqui seja lembrado, diz que o seu voto será desfavorável e o do município também deverá ser! ----------

Da mesma reunião de câmara, fala-se do conhecimento da contratação do projeto para a Ecovia Pampilhosa-Figueira da Foz. Solicitamos informações sobre isto. -----

Mas o PCP quer, também, condenar a capitulação da câmara municipal perante a decisão política de acabar, em vez de recuperar e desenvolver, uma ligação ferroviária de importância estratégica para a região e, como foi atempadamente discutido, para o país. A câmara municipal da Mealhada sempre foi frouxa na defesa da manutenção e valorização da linha; com este presidente, então, a desistência foi ostensiva. ----------

Quanto à reunião de câmara de 27 de maio, permitam-nos falar aqui de "mérito". ---

A ideia de "mérito" não é neutra, nem política, nem socialmente; o seu uso e abuso veicula visões e intenções que são politicamente comprometidas com a reprodução social. Tornou-se numa arma ideológica. ----------

Naquela reunião de câmara o senhor vereador Nuno Canilho apresentou uma proposta para atribuição de medalhas de "mérito" para assinalar o Dia do Município. Queremos criticar essa proposta. ----------

A proposta faz o elogio do papel das empresas que não é o que nos choca. Não é só valioso, o papel das empresas, é indispensável! Sabemos que a atividade das empresas visa o lucro, mas o seu papel é incontestavelmente importante! ----------

Na proposta aprovada por unanimidade, passando a ser da câmara e não, apenas, do senhor vereador, é indicada a atribuição da medalha de mérito a um conjunto de entidades que são todas elas empresas, doze empresas com negócios no concelho. A justificação das sugestões de atribuição de medalhas de "mérito" é feita com a mera descrição das atividades, áreas e dinâmicas dos negócios em causa... ---------

Sem nos movermos contra as empresas, é de perguntar se calhou as ditas entidades serem, a final, só empresas, ou se a proposta e a aprovação por unanimidade são, na verdade, atos política e ideologicamente explicáveis. ----------

O chamado Dia do Município é o dia das empresas? Não se devia, então, repensar a designação e a criação de outros dias?! Não será uma visão reducionista do Dia do Município? Não poderá ser visto como uma forma de bajulação da autarquia aos empresários? ----------
Surpreende-nos, aliás, o topete de, neste contexto, ter como critério para "mérito" municipal o pagamento de uma derrama média superior a 5000 euros! ----------
Como já referimos, as palavras e o seu uso não são neutros. Na retórica usada para justificar as escolhas, é ainda a política e a ideologia que espreitam. Há uma das entidades que, diz a proposta, "dá emprego a 600 colaboradores". Seiscentos colaboradores?! Ena... E, já agora, essa empresa com atividade e mérito na Mealhada não tem, pelo menos, alguns trabalhadores?! ----------
Por último, ainda a propósito da reunião de câmara de final de maio... ----------
O PCP regozija-se e saúda a aprovação por unanimidade da proposta de toponímia de diversos arruamentos nos lugares da Pampilhosa, do Canedo e do Travasso. ----
Estendendo o nosso interesse e o nosso apreço ao que foi aprovado, permitam-nos assinalar de uma forma muito sentida a aprovação da designação Rua Augusto Oliveira, que dá seguimento a uma proposta que o PCP apresentou em 2014. -------
O entusiasmo não é por a proposta inicial ter sido nossa, nem apenas pela estima e saudade que nos ligam ao nosso camarada Augusto Oliveira, certamente conhecido de muitos de vós. É porque assim se cria uma oportunidade de homenagear alguém que lutou pela liberdade, já antes do 25 de Abril, arriscando muito, a nível pessoal e familiar; alguém que lutou persistentemente pela melhoria da vida dos trabalhadores; alguém que ajudou a lançar os alicerces do Poder Local após o 25 de Abril. É uma oportunidade para homenagear que desejamos que seja, também, uma oportunidade para que as novas gerações aprendam sobre a importância que tem a luta política e a intervenção cívica. ----------
O PCP cumprimenta o executivo por essa decisão unânime." (inicio: após 1 hora e 27 minutos; fim: após 2 horas e 7 minutos). ----------
A Senhora Presidente da Mesa usou da palavra, referindo que, e relativamente à pergunta sobre os assuntos da Câmara, todos os assuntos que foram enviados pela Câmara Municipal estão incluídos na Ordem do Dia. (inicio: após 2 horas e 7 minutos; fim: após 2 horas e 8 minutos). ----------
Seguidamente a Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que afirmou que, ao contrário do que disse o Senhor Vogal João Louceiro, tinha muito orgulho em ser o Presidente da Concelhia do P.S. e nunca o escondeu. ----------
Explicou que no processo sobre a Pampilhosa e Figueira da Foz, o projeto denominado Centrologis englobava vários municípios, e partia da existência de vários parques que nunca se concretizaram, salvo um investimento privado em Soure. As Infraestruras de Portugal nunca deram a sua "bênção" e arrancaram os carris entre a Pampilhosa e a Figueira da Foz porque têm uma alternativa que passa por Alfarelos. Entre o desaproveitamento desse espaço canal e a concretização de

uma ecovia, a CIM acabou por concordar com esta solução, tendo obtido o acordo do Município da Mealhada, Montemor-o-Velho e Figueira da Foz. ----------
Esclareceu que a ecovia será feita de modo a possibilitar outra vez a reposição de carris, se algum dia assim o entenderem, não sendo, por isso, um investimento que se deite fora. Será feita a limpeza do espaço canal e o tratamento do terreno para se poder circular a pé ou de bicicleta, com alguns postos para comprar água ou descansar, nas antigas estações (inicio: após 2 horas e 8 minutos; fim: após 2 horas e 14 minutos). ----------
7) A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra à Senhora Deputada Municipal Paula Coelho, para apresentar a seguinte Recomendação: ----------
"O IC 2 no percurso que liga a Mealhada a Coimbra, apresenta um troço especialmente perigoso e onde se têm já registado acidentes, alguns com vítimas mortais. Situa-se após a zona designada, Ponte de Viadores, no troço em frente à Zona Industrial de Viadores onde no sentido Norte/Sul existem duas faixa e no sentido Sul/Norte uma faixa. ----------
Como forma de garantir mais segurança e pugnando pela prevenção rodoviária, o Grupo do Partido Socialista da Assembleia Municipal da Mealhada Recomenda à Câmara Municipal que dirija às Infraestruturas de Portugal, um pedido de colocação urgente de um separador entre os dois sentidos de circulação, pelo menos na zona onde a via descreve uma curva, quer esse separador seja em banda quer seja com pinos fixos, mas de modo a criar a segurança rodoviária necessária que neste momento não acontece naquele local, tal como se verifica ao longo do IC 2 noutros locais semelhantes. ----------
Assim, a Assembleia Municipal delibera recomendar à Câmara Municipal que apresente este pedido". (inicio: após 1 hora e 14 minutos; fim: após 1 hora e 16 minutos). ----------
A Senhora Presidente da Mesa interveio, referindo que dado terem sido apresentadas duas propostas de Recomendação, iriam ser colocadas à votação, por ordem de entrega à Mesa. ----------
- Proposta de Recomendação apresentada pelo Bloco de Esquerda: ----------
Votaram a favor, os Senhores Deputados Municipais: Daniela de Melo Esteves, Manuel Amorim da Silva, Sandra Patrícia dos Santos Machado, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, Tiago Miguel Santos Neves Costa Ângelo, Frederico Miguel do Céu Marques dos Santos, Carlos Humberto Simões Martins, Ruben Batista Fernandes, Maria de Lurdes de Jesus Cardoso Bastos, António da Silva Laranjeira, Iola Marina Gaspar Batista, Marilisa Morais Duarte, Nuno Miguel Ferreira de Melo, Isabel Dias Santiago, Luís Miguel Pereira Brandão, Raúl Isidro da Silva Oliveira Rodrigues, Ana Luzia Quintela Santos Cruz, João Manuel Lima Louceiro, os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Barcouço, Casal Comba, Luso, Pampilhosa e da União das Freguesias de Mealhada, Ventosa do Bairro e Antes e o Tesoureiro da Junta de Freguesia de Casal Comba e abstiveram-se, a Senhora Deputada Municipal, Ana Paula Ribeiro Coelho e o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Vacariça. ----------

A RECOMENDAÇÃO - INICIAR PROCEDIMENTOS NECESSÁRIOS NO SENTIDO DE DESCENTRALIZAR AS REUNIÕES DAS ASSEMBLEIAS MUNICIPAIS PARA AS DIFERENTES FREGUESIAS DO CONCELHO DA MEALHADA, foi aprovada por maioria, com vinte e 23 votos a favor e 2 abstenções. ----------
A Senhora Presidente da Mesa declarou que votou favoravelmente, por ser a favor da descentralização. ----------
Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. –
Proposta de Recomendação apresentada pelo Partido Socialista: ----------
Votaram a favor, os Senhores Deputados Municipais: Daniela de Melo Esteves, Manuel Amorim da Silva, Sandra Patrícia dos Santos Machado, Ana Paula Ribeiro Coelho, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, Tiago Miguel Santos Neves Costa Ângelo, Frederico Miguel do Céu Marques dos Santos, Carlos Humberto Simões Martins, Maria de Lurdes de Jesus Cardoso Bastos, António da Silva Laranjeira, Iola Marina Gaspar Batista, Marilisa Morais Duarte, Nuno Miguel Ferreira de Melo, Isabel Dias Santiago, Luís Miguel Pereira Brandão, Raúl Isidro da Silva Oliveira Rodrigues, Ana Luzia Quintela Santos Cruz, João Manuel Lima Louceiro, os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Barcouço, Casal Comba, Luso, Pampilhosa, União das Freguesias de Mealhada, Ventosa do Bairro e Antes, Vacariça e o Tesoureiro da Junta de Freguesia de Casal Comba e absteve-se o Senhor Deputado Municipal, Ruben Batista Fernandes. ----------
A RECOMENDAÇÃO – SEGURANÇA RODOVIÁRIA – IC 2, foi aprovada por maioria, com 24 votos a favor e 1 abstenção. ----------
Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. –
Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Mesa iniciou o **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** ----------
1) VOTAÇÃO DAS ATAS N.º 10 E 13: ----------
ATA N.º 10(Sessão de 25/01/2019): ----------
A Senhora Presidente da Mesa perguntou se alguém se queria inscrever, tendo-se inscrito o Senhor Deputado Municipal, João Louceiro e a Senhora Deputada Ana Luzia Cruz. ----------
1) A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Deputado Municipal, João Louceiro, referiu que na nova proposta da Ata nº 10, consta a transcrição da intervenção lida pelo Senhor Deputado Pedro Semedo acerca da transferência de competências e congratula-se por esse facto, solicitando ainda a correção da conclusão do ponto 10 da referida Ata. Relativamente à Ata n.º 13, solicitou correções na página 30 da Ata, onde refere "centena de milhões de euros em terrenos" para "milhares de euros" (inicio: após 2 horas; fim: após 2 horas e 4 minutos). ----------
2) A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra à Senhora Deputada Municipal, Ana Luzia Cruz, que solicitou correções de ortografia à Ata n.º 10 e à Ata n.º 13 (inicio: após 2 horas e 4 minutos; fim: após 2 horas e 7 minutos). ----------

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Mesa transmitiu que a Mesa iria proceder ás correções apontadas, colocando à votação a Ata n.º 10, e posteriormente, a Ata n.º 13. ----------

- ATA N.º 10(Sessão de 25/01/2019) ----------

Votaram a favor, os Senhores Deputados Municipais: Daniela de Melo Esteves, Manuel Amorim da Silva, Sandra Patrícia dos Santos Machado, Ana Paula Ribeiro Coelho, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, Tiago Miguel Santos Neves Costa Ângelo, Frederico Miguel do Céu Marques dos Santos, Carlos Humberto Simões Martins, Ruben Batista Fernandes, Maria de Lurdes de Jesus Cardoso Bastos, António da Silva Laranjeira, Iola Marina Gaspar Batista, Marilisa Morais Duarte, Nuno Miguel Ferreira de Melo, Isabel Dias Santiago, Luís Miguel Pereira Brandão, Raúl Isidro da Silva Oliveira Rodrigues, João Manuel Lima Louceiro, os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Barcouço, Luso, Pampilhosa, União das Freguesias de Mealhada, Ventosa do Bairro e Antes, Vacariça e Tesoureiro da Junta de Freguesia de Casal Comba e absteve-se a Senhora Deputada Municipal, Ana Luzia Quintela Santos Cruz, por não ter estado presente. ----------

A ATA N.º 10 foi aprovada, por maioria, com 24 votos a favor e 1 abstenção. --------

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. –

- ATA N.º 13 ----------

Votaram a favor, os Senhores Deputados Municipais: Daniela de Melo Esteves, Manuel Amorim da Silva, Sandra Patrícia dos Santos Machado, Ana Paula Ribeiro Coelho, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, Tiago Miguel Santos Neves Costa Ângelo, Frederico Miguel do Céu Marques dos Santos, Maria de Lurdes de Jesus Cardoso Bastos, António da Silva Laranjeira, Iola Marina Gaspar Batista, Marilisa Morais Duarte, Nuno Miguel Ferreira de Melo, Isabel Dias Santiago, Luís Miguel Pereira Brandão, Raúl Isidro da Silva Oliveira Rodrigues, Ana Luzia Quintela Santos Cruz, João Manuel Lima Louceiro, os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Barcouço, Luso, Pampilhosa, União das Freguesias de Mealhada, Ventosa do Bairro e Antes e Vacariça e abstiveram-se os Senhores Deputados Municipais, Carlos Humberto Simões Martins, Ruben Batista Fernandes e o Senhor Tesoureiro da Junta de Freguesia de Casal Comba. ----------

A ATA N.º 13 foi aprovada, por maioria, com 22 votos a favor e 3 abstenções. -------

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. --

2) INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C), DO N.º 2, DO ARTIGO 25.º, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO: ----------

A Senhora Presidente perguntou se alguém queria intervir, tendo pedido a palavra os Senhores Deputados Municipais, Ana Luzia Cruz e João Louceiro. ----------

1) A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra à Senhora Deputada Municipal, Ana Luzia Cruz, e no uso da mesma, questionou sobre as datas para as obras de requalificação da baixa da Pampilhosa e do Chalett Suisso; acerca do destino da

Quinta do Murtal; se a informação sobre os processos judiciais constantes na Informação estava actualizada; sobre uma ação com pedido de anulação da deliberação da Câmara relativamente ao vínculo laboral com Luís Miguel Gonçalves. Perguntou ainda à Senhora Presidente da Mesa se tinha sido recebida alguma resposta à pergunta ao Governo sobre o atraso das obras na Escola Secundária da Mealhada, que respondeu que os mails com informações dessa natureza são reencaminhados aos Senhores Deputados Municipais. Acrescentou ainda que iria enviar à Senhora Presidente as duas perguntas feitas pelos Deputados da Assembleia da República, que foram visitar a escola e que a solução para o atraso nas obras seria entregar a Escola ao Ministério da Educação (inicio: após 2 horas e 10 minutos; fim: após 2 horas e 14 minutos). ----------

A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que referiu que os serviços municipais remeteram para a Assembleia a informação dos processos em que o Município está envolvido. Relativamente àquela que foi questionada, esclareceu que o Ministério Público não concordou com os pareceres que o Município tinha para operar a aplicação da lei sobre os precários. Pareceres duma jurista da Câmara, outro da chefe dos serviços jurídicos da Comissão de Coordenação da Região Centro, e mais tarde, instado pelo Ministério Público, outro, de um advogado a quem a Câmara entregou o caso. Quanto à baixa da Pampilhosa, existe um projeto enorme, mas há partes desta intervenção que colidem com as obras na ferrovia, aguardando a Câmara que assentem num projeto de execução definitivo para a Câmara poder lançar as obras. Quanto ao Chalett Suisso, em breve ocorreria um concurso muito expedito na procura de gabinetes para fazerem o trabalho, tendo a Câmara já feito uma parte preliminar a que o projeto deverá obedecer. Relativamente à Quinta do Murtal, o Tribunal de Contas já visou o processo, faltando a realização da escritura, constando das atas das reuniões da Câmara, o fim a que se destina. Concluiu que sobre o atraso das obras, e tendo em conta a solução dada pela Senhora Deputada, adorava poder entregar a Escola Secundária ao Ministério da Educação e ficaria muito grato se a Senhora Deputada o conseguisse. (inicio: após 2 horas e 14 minutos; fim: após 2 horas e 23 minutos).

2) O Senhor Deputado Municipal, João Louceiro, no uso da palavra leu a seguinte intervenção: ----------

"Neste ponto, o PCP coloca algumas questões, começando pela informação elaborada pela Divisão de Administração e Conservação do Território, na parte referente à elaboração de projetos. ----------

- Relativamente à reabilitação da sala polivalente no Luso e requalificação da escada e área envolvente, tendo sido assunto já abordado nesta sessão, apenas perguntamos se ainda não estamos próximo do início da execução? ----------

- Requalificação do centro histórico da Mealhada – requalificação do vazio urbano com parque de estacionamento: que constrangimentos foram encontrados no projeto e que correções irão ser feitas? ----------

- Nas informações sobre novos projetos são referidas reparações a estragos motivados pela tempestade Leslie. Inclui as coberturas do pavilhão municipal e do

estaleiro municipal, bem como a cafetaria da Alameda da Cidade e o centro escolar da Mealhada. A tempestade foi em outubro de 2018; noutro ponto dos documentos fomos lembrados de que o Decreto-Lei n.º 85/2018 pretendia agilizar procedimentos de ajuste direto para a resolução dos estragos provocados por aquela tempestade específica. ----------

- Qual é o ponto de situação em relação àqueles quatro problemas? Que notícias podem ser dadas? ----------

- Uma nota sobre a cafetaria da Alameda. O PCP, em várias alturas, propôs que a câmara fizesse mais no sentido de que aquele espaço – quase uma montra da cidade da Mealhada – não estivesse devoluto. A "montra" não só está devoluta, como está, partida, o que coloca uma urgência própria na resolução do problema. ----------

- Da descrição do que está execução ressaltam, também, algumas perguntas. ------

- Relativamente à obra de contenção de terras do morro no Luso, percebemos por intervenção anterior do senhor presidente de que estaria a avançar de acordo com o previsto. Por nossa parte, já tivemos a perceção, porventura errada, de que estava a avançar a um ritmo lento… Pedimos a confirmação de que assim não é. --

- A propósito disto, o PCP pergunta se se confirmou a entrega das obras do Convento de Santa Cruz a 15 de maio passado e a conclusão das capelas e ermidas a 4 de junho, tal como o senhor presidente apontou na sessão de 23 de abril desta assembleia. ----------

- Reabilitação do Mercado Municipal da Pampilhosa… O que se passa? A obra foi consignada com um prazo de execução que se esgotou em 01.09.2018. Será que a inauguração e a abertura do mercado vão "calhar" por alturas das eleições legislativas de 6 de outubro? ----------

- E ainda a propósito. São algumas as vozes que acusam o investimento feito no mercado da Pampilhosa de excessivo. Parece-nos que, para que isso não seja verdade, é preciso ter um projeto de ocupação, de animação, de atratividade do espaço, tornando-o num polo de vida comercial e social do concelho. O PCP já o expressou. A câmara tem em vista promover um projeto com esses objetivos de valorização do investimento realizado? ----------

- A infindável reabilitação da Escola Secundária … ----------

- Há pouco tempo, o PCP que muito tem questionado o senhor presidente da câmara acerca deste assunto e que não esquece que as obras de reabilitação da secundária foram o grande argumento para a celebração do contrato interadministrativo por cima de quase tudo e de quase todos, fez uma distribuição de documentos aos alunos e encarregados de educação, junto à escola secundária e à EB 2. ----------

- No documento, o PCP considera intolerável a situação e exige uma solução. Regista, porque é verdade, que o senhor presidente nem consegue indicar um prazo para a resolução da situação que se continua a arrastar. O PCP defende que a câmara nunca devia ter aceitado a municipalização. Exige-se uma solução, que devia caber à câmara encontrar, mas que parece não estar ao seu alcance. ---------

- Por isso, o grupo parlamentar do PCP na Assembleia da República dirigiu uma pergunta ao Ministério da Educação, indagando se é conhecedor do caso e o que

pretende fazer para garantir a conclusão das obras. A pergunta foi apresentada no passado dia 19. ----------
- No início do ano letivo 2019-2020, vamos ter as obras concluídas e a situação normalizada? ----------
- Nas informações vindas da Divisão de Turismo e Cultura há o registo de uma reunião descrita como "Reunião dos Professores de Educação Física". Que reunião foi esta, quem envolveu e que assuntos tratou? ----------
- Por outro lado, há uma referência a um "Início de voluntariado no Arquivo de Carla Duarte". O que é isto, que situação é esta? ----------
- Na informação sobre "Eventos" na área da Educação surge uma "Reunião com o diretor do Agrupamento de Escolas com vista a discutir o projeto de descentralização da Educação." Requeremos informação sobre esta reunião, designadamente quem a realizou e esteve presente, o que foi ali exposto e que posições foram manifestadas. ----------
- Neste perímetro encontrámos informação de uma reunião com a dita "Comissão do Contrato Interadministrativo", com data de 04 de junho. Perguntamos, primeiro, se esta é a comissão de acompanhamento da execução do contrato interadministrativo de delegação de competências... É que a designação "comissão do contrato" parece mesmo gato escondido com rabo de fora. ----------
- Se é ela, reuniu, portanto, a 4 de junho. Foi feito o segundo relatório sobre a execução do contrato? Onde está ele? Quem esteve presente na reunião? Que assuntos foram tratados? ----------
- Com data de 14 de junho, verificámos a referência a uma reunião relacionada com o jardim-de-infância da Mealhada realizada a pedido dos encarregados de educação. Quem participou nesta reunião e que assuntos foram tratados? ----------
- Uma nota, ainda, sobre o relatório de atividades de Comunicação, Imagem e Relações Externas. Serve para registar que a lista é extensa mas que nenhuma se prende, nem assumida, nem vagamente, com a divulgação da atividade da assembleia municipal. Isto é, mesmo nas condições atuais, a atividade, a função e as discussões da assembleia continuam a ser apagadas. Como verificamos mensalmente na newsletter que recebemos com a conta da água – conta que engordou fortemente –, a comunicação, imagem e relações da autarquia funciona como a Congregação para a Propagação da Fé da câmara municipal e do seu presidente." (inicio: após 2 horas e 23 minutos; fim: após 2 horas e 33 minutos). -----
A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que afirmou que após o Leslie, o Governo legislou para simplificar os procedimentos, encontrando-se a Câmara na fase dos ajustes diretos, com consultas a várias entidades, para a cobertura do pavilhão, para o estaleiro, criando melhores condições de trabalho e para a cafetaria. Quanto à contenção de terras no morro, esclareceu que o trabalho pode ter tido maior ou menor intensidade mas a obra nunca esteve parada e seria concluída no final do mês de agosto. Quanto à reabilitação da Escola Secundária, o empreiteiro foi o que resultou do concurso público, e não obstante haver um histórico sobre a empresa, a mesma cumpria todos

os requisitos para a adjudicação. E se assim não fosse, poderia ser interposta uma providência cautelar que a empresa ganharia facilmente no Tribunal. Afirmou ainda que o caso da Escola Secundária é de facto paradigmático de que a lei dos concursos públicos merece ser mudada, na defesa do interesse público. Relativamente ao mercado da Pampilhosa, será igual ao anterior, com pequenas melhorias e as pessoas que estavam instaladas terão lá espaço. Acrescentou que a Pampilhosa tem um movimento associativo inigualável no Município e a Câmara tem um projeto que será concretizado a seu tempo para passarem a existir espaços para as associações mostrarem ao público milhares de peças dignas de serem vistas e que permanecem fechadas. Sobre as questões colocadas sobre a realização de reuniões, afirmou que se há coisa que a Câmara está obrigada é fazer reuniões e cumpre. Afirmou que o Senhor Vice-Presidente reúne quase diariamente com o Senhor Diretor do Agrupamento. Informou que no dia quatro de junho houve uma reunião com a entidade que acompanha a execução do contrato Interadministrativo, encontrando-se em execução o relatório, e pelas palavras que foram ditas, pela estrutura do Ministério da Educação, terá tudo para ser favorável e com um elogio à prática, quer por parte do Diretor do Agrupamento, quer pelos representantes do Ministério da Educação. Esteve presente numa reunião com o Senhor Diretor do Agrupamento, sobre o decreto-lei da descentralização de competências e a preparar o futuro, uma vez que a Câmara já tinha deliberado aceitar as mesmas, assegurando ao Senhor Diretor do Agrupamento que a Câmara respeitará, no limite máximo possível, a autonomia da escola. Deu a palavra ao Senhor Vice-Presidente para esclarecer sobre a reunião com o Jardim de Infância. (inicio: após 2 horas e 33 minutos; fim: após 3 horas e 8 minutos). ----------

O Senhor Vice-Presidente referiu que no dia catorze de junho, foi solicitado pela Comissão de Pais, uma reunião com a Câmara Municipal, para obterem esclarecimentos sobre os assistentes operacionais que estavam atribuídos à sala da Educadora Maria José. O Senhor Diretor do Agrupamento foi convidado para estar presente, mas delegou na Senhora Coordenadora da Escola. Os pais questionaram a razão de se encontrar na sala de aula uma senhora funcionária que não estava no início do ano e a Senhora Coordenadora da escola explicou que a Senhora Educadora no início do ano letivo decidiu trocar de funcionárias, mas entretanto a funcionária da sala saiu. Esclareceu que a gestão e distribuição do pessoal não docente, na componente letiva, é da exclusiva responsabilidade do Agrupamento de Escolas (inicio: após 3 horas e 8 minutos; fim: após 3 horas e 12 minutos). ----------

3) LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS: ----------

A Senhora Presidente questionou se alguém queria intervir, tendo-se inscrito o Senhor Deputado Municipal, João Louceiro, que solicitou esclarecimentos sobre Serviços Multidisciplinares no âmbito da candidatura de Combate ao Insucesso Escolar no Município da Mealhada, com uma verba de cerca de oitenta mil euros, entre 2019 e 2020. (inicio: após 3 horas e 12 minutos; fim: após 3 horas e 15 minutos). ----------

A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que deu a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara para que pudesse esclarecer. O Senhor Vice-Presidente referiu que para as equipas multidisciplinares, no âmbito do combate ao insucesso promovido pela CIM, foi atribuída uma verba ao Município numa candidatura, a oitenta e cinco por cento. A Câmara fez a candidatura e foi aprovada, direcionada em particular grupo de educação especial, dada a pertinência e a importância para as crianças que sofrem de problemas de terapia da fala desde a idade pré-escolar até ao ensino secundário. Informou que existe um musicoterapeuta, duas terapeutas da fala e uma senhora da área das novas tecnologias da informação. (inicio: após 3 horas e 17 minutos; fim: após 3 horas e 21 minutos). ----------

2) A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Deputado Municipal, Luís Brandão que solicitou esclarecimento sobre a aquisição de serviços para elaboração de projetos no âmbito das medidas de adaptação e mitigação das alterações climáticas que contribuam para aumentar a resiliência do território. (inicio: após 3 horas e 21 minutos; fim: após 3 horas e 27 minutos). ----------

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que no Quadro da Comunidade Intermunicipal, foi aberta a possibilidade de mais do que um Município, apresentarem uma candidatura ao POSEUR sobre a adaptação às alterações climáticas. O Município contratou uma empresa na especialidade, para apresentar uma candidatura e que pudesse, depois de aprovada, apoiar as ações. A parte do Município da Mealhada rondará trezentos e sessenta mil euros, os outros Municípios têm as suas partes e os projetos a financiar constavam do Aviso do POSEUR. (inicio: após 3 horas e 27 minutos; fim: após 3 horas e 32 minutos). ----------

4) TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E ENTIDADES INTERMUNICIPAIS, NOS TERMOS DA LEI-QUADRO DA TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS (LEI N.º 50/2018, DE 16 DE AGOSTO) E DIPLOMAS SETORIAIS – EDUCAÇÃO – DECRETO-LEI N.º 21/2019, DE 30 DE JANEIRO: ----------

A Senhora Presidente da Mesa perguntou se alguém queria intervir, tendo-se inscrito os Senhores Deputados Municipais, Luís Brandão, Iola Batista, Ana Luzia Cruz e João Louceiro. ----------

1) A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Deputado Municipal, Luís Brandão, que perguntou sobre a razão do pedido do Senhor Presidente da Câmara, na última assembleia, de adiamento da análise do assunto e da sua inclusão na presente Ordem de Trabalhos. Questionou ainda se não houver delegação de competências se se mantém o contrato interadministrativo, até quando, e qual a diferença entre o mesmo e a transferência de competências (inicio: após 3 horas e 32 minutos; fim: após 3 horas e 34 minutos). ----------

A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que esclareceu ter pedido o referido adiamento porque o contrato interadministrativo tem as coisas muito bem fixadas, com verbas definidas para cada área e o Decreto-Lei quando saiu apresentava uma almofada financeira global. O Decreto-Lei atribui mais

responsabilidades aos Municípios mas a almofada financeira também é maior que a do contrato interadministrativo. O contrato interadministrativo global nunca foi aceite pelo Município e da matriz de responsabilidade foram retiradas todas as competências que a Câmara entendeu serem intromissão na autonomia da escola. O adiamento da análise permitia obter mais informações sobre a aplicação do dinheiro. O Ministério prometeu que todos os Municípios, qualquer que fosse a sua posição em relação à descentralização de competência na educação, poderia manter os contratos interadministrativos e para aqueles que aceitam o Decreto-Lei, poderão negociar novo contrato interadministrativo que reponha o que já estava consignado no anterior. Acrescentou que a Assembleia, ou delibera aceitar e concordar com a decisão da Câmara, ficando o assunto encerrado, ou se não o fizer, terá de o fazer até setembro para poder ter o contrato interadministrativo negociado com o Ministério. (inicio: após 3 horas e 34 minutos; fim: após 3 horas 39 minutos). - 2) A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra à Senhora Deputada Municipal, Iola Batista, afirmou que a descentralização de poderes é uma vantagem, tal como a política de proximidade, mesmo com todos os pontos menos positivos, sendo vantajosa, mais célere e eficaz. No caso concreto da educação, e considerando o Decreto-Lei n.º 21/2019, afirmou que votaria favoravelmente, acreditando que o ponto número dois do artigo quatro possa ser respeitado em todos os momentos, assegurando desta forma a liberdade dos profissionais da educação do Agrupamento. (inicio: após 3 horas e 39 minutos; fim: após 3 horas 41 minutos). ---- 3) A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra à Senhora Deputada Municipal Ana Luzia Cruz, que leu a seguinte intervenção: ----------

"Este decreto quer transferir para as autarquias uma área de carácter universal e como tal, o BE considera-o negativo, pois esta competência extrapola muito as competências do poder local. Não é só tomar conta de edifícios, de fazer obras e reparações, de acautelar os transportes ou as refeições escolares de que estamos a falar, se disso se tratasse, não tínhamos nada contra nem desvalorizamos nunca o papel de uma autarquia nas instituições do concelho, mas é de muito mais de que se trata. Trata-se de que eram exercidas pelas escolas e agrupamentos, o que é bem diferente de descentralizar. Trata-se de fazer das autarquias uma espécie de intermediário, colocando neste processo mais burocracia e mais morosidade. --------

O objetivo deste processo é o de procurar alienar responsabilidades da administração central, do Estado social, que levará à criação de desequilíbrios regionais graves, ao enfraquecimento do serviço público que é a educação em regiões menos desenvolvidas, à manipulação política e ao caciquismo. ----------

Não temos razões para ficar sossegados. Segundo o organismo Europeu - Greco (Grupo de Estados Contra a Corrupção) e no seu relatório divulgado esta semana, " Portugal continua a figurar (...) como um mau aluno em matéria de combate à corrupção e a revelar fracos progressos na prevenção da corrupção dirigida especificamente a deputados, juízes e magistrados do Ministério Público (...)". ------

Ora, os sucessivos governos PS e PSD/ CDS têm tratado de fazer das escolas um palco apetecível para o poder político e transformando as autarquias, em muitos

casos, nas maiores entidades empregadoras locais, com todos os perigos a isso associados. A somar ao facto de termos um governo PS, que é envergonhado nas instâncias internacionais pelos casos de nepotismo e por tudo estar a fazer para proteger os interesses dos seus amigos, piscando o olho à direita, não nos sentimos nada sossegados com a vontade em implementar tanta' transferência de competências. ----------

A municipalização da educação é mais uma machadada na escola pública e que vem no seguimento dos episódios anteriores: a implementação do atual modelo de gestão escolar, dos agrupamentos e mega agrupamentos, da despersonalização das instituições escolares e a transformação daqueles que eram auxiliares de ação educativa, em assistentes operacionais para poderem ser " pau para toda a colher". Com a municipalização, o poder local sentirá a vertigem de se imiscuir em questões pedagógicas ou em direitos da classe docente e não docente (e já tivemos alguns casos muito concretos em que essa fronteira foi quebrada). Só falta mesmo fazer a vontade ao Rui Moreira e Rui Rio e a tantos outros que pensam como eles às escondidas, para que as Câmaras possam contratar professores à sua medida e feitio. Temos a certeza que esse é o próximo objetivo. Mas cá estaremos para lutar contra isso. O BE não deixará de lado os professores. ----------

Lembramo-nos bem como esta experiência do contrato interadministrativo na Mealhada começou: contra a vontade dos professores que adivinhavam o que aí viria. Apesar de serem eles e o pessoal não docente que lá trabalham, nunca foram ouvidos sobre a implementação deste contrato. Onde está a verdadeira avaliação do contrato interadministrativo? Por que razão excluíram dela os professores, o pessoal não docente, os alunos, os Coordenadores de estabelecimento? Não vale uma avaliação que é feita só por algumas das partes interessadas, sob pena de o resultado não ser o mais honesto. Mas sabemos bem qual é o objetivo da forma opaca de tais contratos e avaliações. ----------

`A época, apesar da tentativa do seu silenciamento, os professores disseram bem alto que estes contratos, com tantas responsabilidades atiradas para os municípios, abririam aos poucos a porta à privatização ou sub-contratação de muitos serviços de educação. Lutaram porque estavam e estão convictos que tudo isto torna o país ainda mais assimétrico. Contestaram a implementação de um currículo local, (veja-se agora a implementação à pressa do decreto 55/2018 sobre flexibilidade curricular e o que ele nos trará em nome de uma pseudo autonomia curricular e local), mas sobretudo lutaram porque este é um processo que rouba autonomia e liberdade à escola. ----------

Não esquecer que a grande maioria dos professores, pela sua idade, vem do tempo das lutas sociais no antes e pós 25 de abril e das conquistas que alcançaram: uma escola democrática, com órgãos colegiais, em que participavam de forma direta na eleição dos seus superiores e nas estruturas intermédias, do tempo em que discutiam a escola e eram ouvidos. Vêm do tempo em que tudo era mais humanizado. Tudo se fazia muito melhor e nunca houve um estudo que provasse que esse modo de funcionamento das escolas estava errado. Sabemos que o que

mudou foi a vontade do poder político de PS/PSD/CDS em atrofiar as escolas com políticas economicistas e neo liberais. Basta ouvir os professores para perceber a degradação contínua das suas condições de trabalho. Mas porque têm memória e termos de comparação, os professores não se conformam com "o estado a que isto chegou". E o BE também não! ----------

Para os deputados aqui presentes do PS e da Coligação Juntos e também para aqueles que em reunião de Câmara votaram a favor desta transferência alegando que tem sido positivo pela proximidade do executivo camarário às escolas, deixo aqui algumas notas e que gostaria que refletissem nelas antes de votarem em consciência: ----------

1) Que vantagem na dita municipalização do ensino, se o caso mais paradigmático de que não há mais ganhos nem mais eficácia é o do atraso das obras na secundária? ----------

2) Não tem sido verdade que quem mais perto está, resolve melhor. ----------

3) Foram necessárias várias reuniões, pelo menos dois abaixo assinados a reclamar o óbvio ao nível das carências no edifício da EB23, da secundária e da falta de pessoal não docente;----------

4) A municipalização da educação, cujos perigos antevemos pela experiência da implementação do contrato em vigor, peca por intervenientes a mais nas escolas. Nestas mesmas Assembleias Municipais temos assistido várias vezes ao arremesso de responsabilidades. O computador é da responsabilidade não se sabe de quem, a parede não vai abaixo porque é da responsabilidade do Diretor, a lâmpada não se muda porque tem de se esperar que a Câmara mande ver alguém, o mobiliário novo só chega em altura das eleições ou da receção aos alunos, etc... ----------

5) O que faz falta nas escolas é mais democracia e autonomia. ----------

6) *Entregue-se os envelopes financeiros aos Diretores, que são eles que estão nas escolas, que as conhecem e que as sabem gerir; não precisam de intermediários. - O BE votará contra esta transferência para a autarquia em nome de escolas mais independentes e autónomas e em nome de um país mais igual, capaz de cumprir a Constituição e de oferecer a todos de modo igual o acesso à melhor educação."* (inicio: após 3 horas e 39 minutos; fim: após 3 horas 49 minutos). ---------

A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que perguntou à Senhora Deputada se sabia qual foi o conjunto de transferências que o Município fez para a escola no exercício do contrato interadministrativo e quais as que recebeu. Referiu que a interferência do Município foi fantástica, tendo recebido de transferências correntes duzentos e seis mil, trezentos e oitenta e oito, sessenta e sete e transferiu duzentos e seis mil, quatrocentos e noventa e sete, cinquenta e seis, tendo o Senhor Diretor do Agrupamento encerrado o ano com duzentos e sessenta e oito mil euros de saldo de gerência. Concluiu que a interferência do Município na escola, a esse domínio, foi zero, tendo a Câmara dado mais do que recebeu. Concluiu que o que se pretendia era fazer a otimização de recursos existentes nos locais e não interferir pedagogicamente na escola. (inicio: após 3 horas e 49 minutos; fim: após 4 horas). ----------

4) A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Deputado Municipal, João Louceiro, que no uso da palavra leu o seguinte: ----------
"O PCP discorda da transferência de competências na área da Educação. ----------
- É a continuação de um caminho muito negativo que retiraria autonomia necessárias às escolas, que fragmentaria, no país, a dimensão que tem de ser nacional da educação e do ensino, que colocaria as escolas e o futuro dos alunos ao sabor de apetências e visões particulares e, em muitos casos, desinformadas, que rapidamente iria derivar para interferências e intromissões desqualificadas sobre a orientação das escolas, do ensino e sobre o exercício dos seus profissionais. --------
- Note cada um e cada uma dos/as eleitos/as que aquilo que vamos votar é de muita gravidade. Apelamos a que façam uso do básico princípio da precaução. Avaliem se, com o estudo e o conhecimento que têm da questão, estão seguros/as do sentido em que vão votar. Ele pesará sobre o futuro e a responsabilidade do que vai acontecer pesará sobre vocês próprios/as. ----------
- Depois de um recuo tático, a câmara reitera a intenção de adesão imediata à transferência de competências na área da Educação. ----------
- Não tem de ser assim. Não pode ser assim, desde logo por razões de precaução. Não deve ser assim porque a deliberação não nos surge, sequer, com um mínimo de fundamentação. ----------
- A possibilidade de adesão não pode ser vista, apenas, numa leitura imediatista do decreto que a regulamenta, ou do desejo de uma obra, por muito forte que seja. Deve ser inserida num processo que, no caso da Mealhada, começou com o chamado contrato interadministrativo, que muito pouco trouxe de positivo, e que agora seria aprofundado, nele emaranhando ainda mais o município. ----------
- Começou com o contrato, mas não tem de continuar por aí até ao desastre! --------
- A câmara municipal, o seu presidente e os vereadores querem assumir poderes, mandar, tomar para si e para outros que se seguirão no devir do poder autárquico, competências da Educação... ----------
- Não devia ser preciso lembrar que, na Europa, alguns dos países que seguiram este caminho, estão a ter de fazer uma retirada dolorosa e até desordenada, face aos resultados negativos da municipalização. Mas é melhor lembrá-lo porque já ouvimos aqui o senhor presidente da câmara dizer o contrário, dando a entender que a municipalização é um êxito internacional, o que não é verdade. ----------
- Percebe-se hoje ainda melhor que as razões invocadas há poucos anos para que a Mealhada fosse um dos poucos concelhos a celebrarem um contrato interadministrativo foram, como se diz, "desculpas esfarrapadas" para abrir o caminho, para obedecer a uma opção política que a câmara quer agora consolidar, capturando cada vez mais competências na área da Educação. ----------
- Uma das razões invocadas pelo presidente, à altura do contrato, tinha a ver com a segurança da forma: dizia que por contrato interadministrativo era a forma correta; se assim não fosse, nem contariam com ele para a dita descentralização. Em caso de incumprimento, o município podia retroceder, denunciar o contrato; de outra forma, acabaria a ser tramado. ----------

- Não era sério, esse argumento! Agora a municipalização não é por contrato, não estão previstas formas de devolução das competências ao estado central, em caso de incumprimentos... mas – que importa? – o presidente e os vereadores estão cheios de pressa para municipalizarem. Alguns sabem muito bem no que estão a meter o município, mas todos/as o saberão? ----------

- Outra das desculpas foi a necessidade de reabilitação da escola secundária. Não devia ter sido mas foi o grande argumento para justificar uma escolha que tem consequências que vão muito para além das obras que lá estão e que a proximidade não acelera. Como se um processo de transferência de competências na área da educação, com tudo o que compromete, pudesse justificar-se pela recuperação e melhoria de um edifício, por muito importante que seja este objetivo. ----------

- As obras e o acesso a fundos para as realizar são a praia de quem tem o poder na câmara e no município... Não obstante a complexidade e delicadeza dos assuntos, tudo parece submeter-se a esse catecismo. ----------

- E, portanto, se queriam captar fundos e mostrar obras, que interessava o resto? --

- O risco de dar força a um processo de fragmentação do sistema educativo no país? O risco de minar a universalidade do direito à educação e ao ensino? O risco de degradar ainda mais a já débil autonomia das escolas? O risco de inviabilizar em definitivo ganhos de autonomia? O risco de desviar para lógicas estranhas à educação e ao ensino, neste e em futuros mandatos autárquicos, o que deve ser a vida e o funcionamento das escolas? O risco de desprofissionalização dos trabalhadores da educação e do ensino? O risco de colocar mais tutelas e autoritarismos sobre as escolas? ----------

- Desculpa, também foi a da "proximidade"... ----------

- Tendo em conta algumas das competências que já estão hoje em causa, a autarquia é mesmo quem está mais próxima? Não estarão as escolas mais próximas das famílias, dos alunos, dos problemas que as afetam?! Não serão capazes de tratar de muitas dessas matérias? É preciso chamar os senhores vereadores? -------

- Por que há de ser a câmara a assumir, para já e em nome da dita proximidade, competências de refeições e refeitórios, de ação social escolar, de gestão de recursos educativos, de enriquecimento curricular, de gestão dos estabelecimentos e da sua oferta educativa, de gestão do pessoal não docente?! ----------

- A proximidade da câmara e dos seus vereadores parecia que ia resolver tudo, mas resolve a insuportável lentidão com que avançam as obras na secundária? Resolve as insuficiências da EB 2 da Mealhada? Resolve melhor os problemas da falta de funcionários e da sua sobrecarga? Melhora os métodos de ensino e as condições para as aprendizagens, cria adequadas condições de trabalho, de horários, de formação, de valorização de funções e profissões? ----------

- A proximidade, por exemplo, nem sequer tornou mais célere e a resolução de pequenos problemas de manutenção, seja o desentupimento de uma caleira ou a mudança de umas lâmpadas. E que tornasse! Justificaria isto o arrebanhamento da Mealhada nesta reconfiguração do Estado que ameaça o sistema educativo e o direito à educação? ----------

- Ah, mas a tal "proximidade", bem o sabemos, permite outras coisas. Permite, por exemplo, utilizar, para já, os trabalhadores não docentes das escolas como pau para toda a colher, dentro e fora das funções de auxiliares de ação educativa, dentro e fora das escolas que são o seu espaço de trabalho. Permite deslocá-los por telefone, em rodopio, de uns locais de trabalho para outros, a tapar buracos, ou, pelo menos, deslocar uns e outros não. ----------

- (Permite, até, como já aqui denunciámos, querer por em causa, à margem da lei, o exercício de direitos, liberdades e garantias que a Constituição estabelece.) ----------

- A câmara continua à espera da conclusão das obras. O contrato interadministrativo que quis assinar continua em vigor. Nos termos do Decreto-Lei n.º 21/2019, nem sequer é interrompido em caso de não adesão imediata. Isto é, haveria tempo para efetiva e não para fictícia avaliação dos ganhos e das dificuldades com o processo de municipalização. Haveria tempo para discutir, para refletir, para auscultar, coisas que a câmara não quer fazer porque acha que sabe o que douta no assunto! --------

- A lei permite que os municípios não precipitem a adesão em 2019, o que, em nome da precaução, é a atitude seguida por muitos... ----------

- Sabemos como foi o processo de decisão para a celebração do contrato interadministrativo. ----------

- E agora, o que fizeram?! ----------

- Promoveram a discussão? Ouviram os implicados? Conversaram com os trabalhadores não docentes? Auscultaram os docentes? Que órgãos do agrupamento ouviram e como ouviram? ----------

- A discussão havida na câmara choca pela mediocridade. As atas dão conta dela, vale a pena consultá-las. Como é possível tomarem com tal superficialidade uma decisão de tanta complexidade?! ----------

- Reincidente, ademais, a câmara não promoveu nem esteve interessada em qualquer debate. Não ouviram nenhum dos corpos implicados. Não ouviram nem especialistas, nem gente comum. Não auscultaram o que as pessoas pensam e o que as preocupa. ----------

- Também é por isso que, nesta discussão, queremos valorizar o abaixo-assinado que o Sindicato dos Professores da Região Centro fez chegar à senhora presidente da assembleia e à câmara, subscrito por docentes da Mealhada. O valor dessa tomada de posição é ainda maior, fazendo frente ao desprezo e desconsideração que a autarquia revela pelos professores e por outros trabalhadores da educação e do ensino. ----------

- Na Mealhada, a câmara é o rosto do desrespeito que o governo do PS nutre pelos professores, quando lhes rouba tempo de serviço que cumpriram e da direita que, por oportunismo, faz declarações de apreço por eles para a seguir manobrar para que o roubo seja consumado. ----------

- Das 78 páginas que nos foram enviadas a propósito deste ponto da ordem do dia, 75 são do decreto, outra está branco... Não há uma linha que fundamente a deliberação que a câmara aprovou por unanimidade. ----------

- Perguntamos, olhos nos olhos, aos aqui presentes se, conscientemente, sentem que devem ratificar a municipalização da Educação e se estão cientes das responsabilidades do que aqui se vai decidir! ----------
- O PCP votará contra a proposta que a câmara aqui trouxe, a qual nem sequer teve a decência de tentar fundamentar, não obstante o cuidado que o assunto exige." (*inicio*: após 4 horas e 3 minutos; fim: após 4 horas e 13 minutos). ----------
A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que afirmou que a Câmara, noutro Executivo, consultou o Conselho Geral da escola com o Diretor do Agrupamento, professores, funcionários e alunos, defendendo que nada seria mudado, do ponto de vista pedagógico. Neste percurso, como o Senhor Vogal João Louceiro referiu, ver-se-á o resultado final e serão feitas as avaliações, mas dizer mal de tudo, à partida, é um erro. Acrescentou que o que a autarquia vai fazer, no domínio da educação, e no que vai colaborar, é ínfimo, comparando com a despesa pública destinada à descentralização de competências. Considera uma deslealdade o uso da questão das obras na escola, sendo uma utilização demagógica do que correu mal, mas, que não tem nada a ver com o contrato Interadministrativo, pois, é uma questão do domínio dos contratos públicos. Relativamente à EB quem fez a escola foi o Ministério, e o que lá fez, ou não fez, foi desde que foi construída até hoje, e não tem conhecimento de algum projeto para a melhorar. Na Câmara, neste momento, há pelo menos um estudo preliminar e, provavelmente, antes do final do mandato, haverá um projeto e, provavelmente, um concurso público, o que também será negociado no contrato interadministrativo. Com a colaboração da Autarquia, em meia dúzia de anos, fizeram-se três centros escolares no Município da Mealhada que melhoraram enormemente o primeiro ciclo e foi com a ajuda do Município que se fazem três jardim de infância novos, devendo ser isto qué os senhores deviam reconhecer. Afirmou ainda que se tem havido invasões indevidas, ou se funcionários são mudados de escola, por telefone, garantiu que não é feito pelo Presidente da Câmara ou pelo Senhor Vereador que tem o pelouro da educação. (*inicio*: após 4 horas e 13 minutos; fim: após 4 horas e 24 minutos). ----------
Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Mesa colocou o assunto à votação. ----------
Votaram a favor, os Senhores Deputados Municipais: Daniela de Melo Esteves, Manuel Amorim da Silva, Sandra Patrícia dos Santos Machado, Ana Paula Ribeiro Coelho, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, Tiago Miguel Santos Neves Costa Ângelo, Frederico Miguel do Céu Marques dos Santos, Carlos Humberto Simões Martins, Ruben Batista Fernandes, Maria de Lurdes de Jesus Cardoso Bastos, António da Silva Laranjeira, Iola Marina Gaspar Batista, Marilisa Morais Duarte, Nuno Miguel Ferreira de Melo, Isabel Dias Santiago, Luís Miguel Pereira Brandão, Raúl Isidro da Silva Oliveira Rodrigues, os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Barcouço, Luso, Pampilhosa, União das Freguesias de Mealhada, Ventosa do Bairro e Antes, Vacariça e Tesoureiro da Junta de Freguesia de Casal Comba e

votaram contra, os Senhores Deputados Municipais: João Manuel Lima Louceiro e Ana Luzia Quintela Santos Cruz. ----------

A TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E ENTIDADES INTERMUNICIPAIS, NOS TERMOS DA LEI-QUADRO DA TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS (LEI N.º 50/2018, DE 16 DE AGOSTO) E DIPLOMAS SETORIAIS – EDUCAÇÃO – DECRETO-LEI N.º 21/2019, DE 30 DE JANEIRO foi aprovada, por maioria, com 23 votos a favor e 2 votos contra. ----------

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. –

5) PROPOSTA DE ACORDO PRÉVIO PARA TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIA PARA A CIM COIMBRA (ARTIGO 75.º DO D.L. N.º 21/2019) – PROPOSTA N.º 42/2019: ----------

A Senhora Presidente da Mesa perguntou se alguém queria intervir e não havendo intervenções, colocou a Proposta n.º 42/2019 à votação. ----------

Votaram a favor, os Senhores Deputados Municipais: Daniela de Melo Esteves, Manuel Amorim da Silva, Sandra Patrícia dos Santos Machado, Ana Paula Ribeiro Coelho, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, Tiago Miguel Santos Neves Costa Ângelo, Frederico Miguel do Céu Marques dos Santos, Carlos Humberto Simões Martins, Ruben Batista Fernandes, Maria de Lurdes de Jesus Cardoso Bastos, António da Silva Laranjeira, Iola Marina Gaspar Batista, Marilisa Morais Duarte, Nuno Miguel Ferreira de Melo, Isabel Dias Santiago, Luís Miguel Pereira Brandão, Raúl Isidro da Silva Oliveira Rodrigues, os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Barcouço, Luso, Pampilhosa, União das Freguesias de Mealhada, Ventosa do Bairro e Antes, Vacariça e Tesoureiro da Junta de Freguesia de Casal Comba e votaram contra, os Senhores Deputados Municipais: Ana Luzia Quintela Santos Cruz e João Manuel Lima Louceiro. ----------

A PROPOSTA DE ACORDO PRÉVIO PARA TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIA PARA A CIM COIMBRA (ARTIGO 75.º DO D.L. N.º 21/2019) – PROPOSTA N.º 42/2019foi aprovada, por maioria, com 23 votos a favor e 2 votos contra. ----------

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. –

A Senhora Deputada Municipal, Ana Luzia Cruz, pediu a palavra e no uso da mesma, apresentou a seguinte Declaração de Voto: ----------

"O BE vota contra este processo de transferência de competências para as CIM por ser contrário àquilo que deveria ser um processo de descentralização efetivo, que tinha de passar por um processo de regionalização democrática, com eleição dos órgãos competentes para a administração das regiões. Recusa uma descentralização em figuras jurídicas de cooperação intermunicipal, como sejam as comunidades intermunicipais. As CIM são entidades não eleitas diretamente pelos cidadãos, sendo assim destituídas da legitimidade democrática direta que a Constituição exige quanto às autarquias locais".----------

6) TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS NO DOMÍNIO DA PROTEÇÃO CIVIL, NOS TERMOS DO DECRETO-LEI N.º 44/2019, DE 1 DE ABRIL: ----------

A Senhora Presidente questionou se alguém queria intervir, tendo o Senhor Deputado Municipal, João Louceiro, pedido a palavra e no uso da mesma, leu a seguinte intervenção: ----------

"O domínio da proteção civil talvez seja um daqueles em que, em teoria, pareçam mais evidentes as vantagens no exercício dito de proximidade de competências, designadamente com uma maior intervenção e coordenação das autarquias. --------

Por outro lado, temos a possibilidade muito real de que a transferência de competências seja uma forma de o Estado central, designadamente os governos, sacudirem a água do capote, sobrecarregando e encontrando no Poder Local um bode expiatório para tudo o que possa correr mal no vasto e sensível domínio da proteção civil. Como é manifesto, também neste domínio, o essencial decorre de opções políticas de âmbito nacional, por exemplo de políticas de investimento ou de desinvestimento. ----------

Basta que, como é da praxe, a transferência de competências não seja acompanhada da adequada disponibilização de recursos e de meios para o seu exercício, agora ou no futuro, para que aquilo que parece uma transferência de competências, digamos, mais consensual, resulte numa catástrofe para as populações, para o país e para o Poder Local. Esta possibilidade não está, de forma alguma, afastada! Tem até mais de certeza do que de possibilidade. ----------

Tragédias como as dos grandes incêndios de 2017 mostram como é fácil encontrar explicações e acusados de toda a ordem, deixando incólumes as políticas e os decisores políticos – do CDS, do PSD ou do PS – que tutelaram os desinvestimentos na prevenção e no combate, que meteram na gaveta leis aprovadas com alargados consensos, que permitiram e contemporizaram com o desordenamento e com a incúria, que contribuíram para a desertificação dos territórios, que se colocaram ao lado de interesses que não são os das populações e do país. ----------

E não esquecer que, neste quadro de transferência de competências, cabem muitos outros riscos, para além dos incêndios, desde riscos sísmicos, climáticos ou de intempéries, a riscos relacionados com transportes, designadamente de matérias perigosas…. Algumas destas coisas têm contado com um impenitente inação dos governos, das maiorias, daqueles que têm sido poder político neste país: PS, PSD e CDS. ----------

Registamos as preocupações expressas pelo senhor vereador Nuno Canilho na reunião de câmara. Em domínios que tem acompanhado mais de perto com a sua ligação aos bombeiros, foi capaz de notar, desta vez, que "vai ser muito penalizador para o município que vai ter de assumir um conjunto de competências e responsabilidades acrescidas" (citamos a partir da ata da reunião de câmara). -------

Este desabafo do vereador merece-nos dois comentários. ----------

O primeiro é que torna evidente que há uma relação forte entre o conhecimento efetivo das áreas de transferência de competências e a compreensão do alcance dos problemas que ela trará. ----------
O segundo é que, se assim é, mais razões haveria para usar e abusar do princípio da precaução em relação a todas as áreas de transferência de competências, o que foi flagrantemente negligenciado pela câmara e inconscientemente secundado pela maioria que tem vindo a ratificar toda campanha municipalizadora que aqui tem chegado… ----------
Verificamos que esta transferência de competências no domínio da proteção civil chega à assembleia municipal apenas para conhecimento deste órgão e não para deliberação. Na ata da reunião de câmara deparámo-nos com a convicção de que a transferência, neste domínio, designadamente a adesão imediata, não depende de deliberação autárquica. É uma convicção que não acompanhamos e que reforçamos com as preocupações a que o vereador Nuno Canilho deu voz na reunião de câmara. Entendemos que a lei não trata de forma diferente este assunto. ----------
De qualquer modo, cremos que a câmara terá pedido parecer à DGAL. Solicitamos informações sobre a resposta obtida".(inicio: após 4 horas e 27 minutos; fim: após 4 horas e 43 minutos). ----------
A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que referiu que esta transferência de competências é uma imposição. A Câmara Municipal solicitará parecer à DGAL. A descentralização de competências não tem sido aceite a qualquer preço ou a qualquer custo, e não são todas aceites, como por exemplo, a saúde, a saúde animal, nas estradas. Afirmou que relativamente a esta, a Câmara está absolutamente contra e tem decidido qual o posicionamento relativamente a alguns dos diplomas, não sendo aceitação, surda e muda, como o Senhor Deputado quis fazer passar. Concluiu que o Município poderá ter que cumprir, pois as leis da República obrigam, mas não de bom gosto e sempre com critica. (inicio: após 4 horas e 43 minutos; fim: após 4 horas e 46 minutos). ----------
7) TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E ENTIDADES INTERMUNICIPAIS, NOS TERMOS DA LEI-QUADRO DA TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS (LEI N.º 50/2018, DE 16 DE AGOSTO) E DIPLOMAS SETORIAIS – TRANSPORTE TURÍSTICO DE PASSAGEIROS E DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS REGULAR EM VIAS NAVEGÁVEIS INTERIORES – DECRETO-LEI N.º 58/2019, DE 30 DE ABRIL: -----
A Senhora Presidente questionou se alguém queria intervir, tendo o Senhor Deputado Municipal, João Louceiro, pedido a palavra e no uso da mesma, leu a seguinte intervenção: ----------
"Fazemos esta intervenção quase com emoção… ----------
A câmara que tem tido pressa irrefreável em abocanhar quase todas as competências que o governo descarta, teve, neste caso, o bom senso de reconhecer que, "o diploma não tem aplicabilidade ao Município da Mealhada" e, consequentemente, aprovou a não adesão a esta transferência de competências…
É para admirar! ----------

E mais extraordinário é que esse bom senso se manteve em relação a competências da área portuária! Muito bem! ----------
Só não percebemos bem por que é que a mesma lucidez não foi usada em relação a outras transferências, desde logo a primeira que foi discutida nesta assembleia, em janeiro passado, a transferência de competências na área da gestão das praias marítimas, fluviais e lacustres. ----------
O PCP, naturalmente, acompanhará a proposta enviada pela câmara e votará a favor da não aceitação de competências na área do transporte turístico de passageiros e do serviço público de transporte de passageiros regular em vias navegáveis interiores. ----------
Fará o mesmo, daqui a pouco em relação às áreas portuárias".(inicio: após 4 horas e 47 minutos; fim: após 4 horas e 49 minutos). ----------
O Senhor Vice-Presidente referiu a existência de Municípios na área da CIM, Mortágua e Penacova, que têm o rio Mondego que é navegável sendo necessário o licenciamento para barcos, o que justifica que a CIM solicite aos Municípios que deleguem esta competência (inicio: após 4 horas e 49 minutos; fim: após 4 horas e 51 minutos). ----------
Não havendo intervenções, a Senhora Presidente da Mesa colocou à votação a não aceitação da Transferência de Competências para as Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, nos Termos da Lei-Quadro da Transferência de Competências (Lei n.º 50/2018, de 16 de Agosto) e Diplomas Setoriais – Transporte Turístico de Passageiros e do Serviço Público de Transporte de Passageiros Regular em Vias Navegáveis Interiores – Decreto-Lei n.º 58/2019, De 30 De Abril. ----------
Votaram a favor, os Senhores Deputados Municipais: Daniela de Melo Esteves, Manuel Amorim da Silva, Sandra Patrícia dos Santos Machado, Ana Paula Ribeiro Coelho, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, Tiago Miguel Santos Neves Costa Ângelo, Ana Luzia Quintela Santos Cruz, João Manuel Lima Louceiro, Frederico Miguel do Céu Marques dos Santos, Carlos Humberto Simões Martins, Ruben Batista Fernandes, Maria de Lurdes de Jesus Cardoso Bastos, António da Silva Laranjeira, Iola Marina Gaspar Batista, Marilisa Morais Duarte, Nuno Miguel Ferreira de Melo, Isabel Dias Santiago, Luís Miguel Pereira Brandão, Raúl Isidro da Silva Oliveira Rodrigues, os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Barcouço, Luso, Pampilhosa, União das Freguesias de Mealhada, Ventosa do Bairro e Antes, Vacariça e Tesoureiro da Junta de Freguesia de Casal Comba. ----------
A TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E ENTIDADES INTERMUNICIPAIS, NOS TERMOS DA LEI-QUADRO DA TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS (LEI N.º 50/2018, DE 16 DE AGOSTO) E DIPLOMAS SETORIAIS – TRANSPORTE TURÍSTICO DE PASSAGEIROS E DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS REGULAR EM VIAS NAVEGÁVEIS INTERIORES – DECRETO-LEI N.º 58/2019, DE 30 DE ABRI, não foi aceite, por unanimidade. ----------
Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. –

8) PROPOSTA DE ACORDO PRÉVIO PARA TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA A CIM COIMBRA (ARTIGO 8.º DO DL N.º 58/2019) – PROPOSTA N.º 43/2019: ----------

A Senhora Presidente da Mesa perguntou se alguém queria intervir e não havendo intervenções, colocou a Proposta n.º 43/2019 à votação. ----------

Votaram a favor, os Senhores Deputados Municipais: Daniela de Melo Esteves, Manuel Amorim da Silva, Sandra Patrícia dos Santos Machado, Ana Paula Ribeiro Coelho, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, Tiago Miguel Santos Neves Costa Ângelo, Frederico Miguel do Céu Marques dos Santos, Carlos Humberto Simões Martins, Ruben Batista Fernandes, Maria de Lurdes de Jesus Cardoso Bastos, António da Silva Laranjeira, Iola Marina Gaspar Batista, Marilisa Morais Duarte, Nuno Miguel Ferreira de Melo, Isabel Dias Santiago, Luís Miguel Pereira Brandão, Raúl Isidro da Silva Oliveira Rodrigues, os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Barcouço, Luso, Pampilhosa, União das Freguesias de Mealhada, Ventosa do Bairro e Antes, Vacariça e Tesoureiro da Junta de Freguesia de Casal Comba e votaram contra, os Senhores Deputados Municipais: e Ana Luzia Quintela Santos Cruz e João Manuel Lima Louceiro. ----------

A PROPOSTA DE ACORDO PRÉVIO PARA TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA A CIM COIMBRA (ARTIGO 8.º DO D.L. N.º 58/2019) – PROPOSTA N.º 43/2019foi aprovada, por maioria, com 23 votos a favor e 2 votos contra. ----------

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. –

9) PROPOSTA DE ACORDO PRÉVIO PARA TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA A CIM COIMBRA (ARTIGO 26.º DO DL N.º 23/2019, DE 30 DE JANEIRO) – PROPOSTA N.º 44/2019: ----------

A Senhora Presidente questionou se alguém queria intervir, tendo o Senhor Deputado Municipal, João Louceiro, pedido a palavra e no uso da mesma, leu a seguinte intervenção: ----------

"Como temos exposto, o PCP discorda do megaprocesso de transferência de competências que o governo lançou. O PCP tem agido coerentemente com essa posição, seja na intervenção política local, seja no plano nacional, na assembleia da república e ao nível da intervenção e de ações públicas. ----------

Nem todos podem dizer o mesmo. ----------

Neste e noutros pontos em que se coloca a transferência de competências para a CIM, o PCP não concorda nem com a transferência, nem com o crescente protagonismo de uma estrutura que não é um órgão autárquico e não tem a devida legitimidade democrática. Mesmo assim, as CIM vêm assumindo cada vez mais competências e efetivos poderes sobre o próprio Poder Local. Não estamos de acordo com estas entorses à democracia, ao Poder Local e a este desvio de um verdadeiro e necessário processo de regionalização que, este sim, tarda a ser concretizado, embora esteja previsto na Constituição desde 1976. ----------

Damos conta de que a câmara traz esta proposta, não obstante ter declinado a aceitação imediata de competências na área da saúde, isto por causa da exigência de que todos os municípios aceitem o exercício de competências pela CIM. Esta imposição resulta, pois, num condicionamento ilegítimo da vontade dos municípios, o que reforça as nossas críticas ao processo de transferência de competências do governo PS e ao papel e estatuto das comunidades intermunicipais".(inicio: após 4 horas e 53 minutos; fim: após 4 horas e 55 minutos). ----------

A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que afirmou que o Município da Mealhada faz o que outros fazem, que é não inviabilizarem a transferência para a CIM, pois basta que um Município não aceite para que o processo pare em termos de Comunidade Intermunicipal. (inicio: após 4 horas e 55 minutos; fim: após 4 horas e 57 minutos). ----------

Não havendo mais intervenções a Senhora Presidente da Mesa, colocou a Proposta n.º 44/2019 à votação. ----------

Votaram a favor, os Senhores Deputados Municipais: Daniela de Melo Esteves, Manuel Amorim da Silva, Sandra Patrícia dos Santos Machado, Ana Paula Ribeiro Coelho, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, Tiago Miguel Santos Neves Costa Ângelo, Frederico Miguel do Céu Marques dos Santos, Carlos Humberto Simões Martins, Ruben Batista Fernandes, Maria de Lurdes de Jesus Cardoso Bastos, António da Silva Laranjeira, Iola Marina Gaspar Batista, Marilisa Morais Duarte, Nuno Miguel Ferreira de Melo, Isabel Dias Santiago, Luís Miguel Pereira Brandão, Raúl Isidro da Silva Oliveira Rodrigues, os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Barcouço, Luso, Pampilhosa, União das Freguesias de Mealhada, Ventosa do Bairro e Antes, Vacariça e Tesoureiro da Junta de Freguesia de Casal Comba e votaram contra, os Senhores Deputados Municipais: Ana Luzia Quintela Santos Cruz e João Manuel Lima Louceiro. ----------

PROPOSTA DE ACORDO PRÉVIO PARA TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA A CIM COIMBRA (ARTIGO 26.º DO DL N.º 23/2019, DE 30 DE JANEIRO) – PROPOSTA N.º 44/2019,foi aprovada, por maioria, com 23 votos a favor e 2 votos contra. ----------

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. –

10) TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS NO DOMÍNIO DAS ÁREAS PORTUÁRIO-MARÍTIMAS E ÁREA URBANAS DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO E ECONÓMICO NÃO AFETAS À ATIVIDADE PORTUÁRIA, NOS TERMOS DO DECRETO-LEI N.º 72/2019, DE 28 DE MAIO: ---

A Senhora Presidente da Mesa perguntou se alguém queria intervir e não havendo intervenções, colocou o assunto à votação. ----------

Votaram a favor, os Senhores Deputados Municipais: Daniela de Melo Esteves, Manuel Amorim da Silva, Sandra Patrícia dos Santos Machado, Ana Paula Ribeiro Coelho, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, Tiago Miguel Santos Neves Costa Ângelo, Ana Luzia Quintela Santos Cruz e João Manuel Lima Louceiro, Frederico Miguel do Céu Marques dos Santos, Carlos Humberto Simões Martins, Ruben

Batista Fernandes, Maria de Lurdes de Jesus Cardoso Bastos, António da Silva Laranjeira, Iola Marina Gaspar Batista, Marilisa Morais Duarte, Nuno Miguel Ferreira de Melo, Isabel Dias Santiago, Luís Miguel Pereira Brandão, Raúl Isidro da Silva Oliveira Rodrigues, os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Barcouço, Luso, Pampilhosa, União das Freguesias de Mealhada, Ventosa do Bairro e Antes, Vacariça e Tesoureiro da Junta de Freguesia de Casal Comba. ----------

A TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS NO DOMÍNIO DAS ÁREAS PORTUÁRIO-MARÍTIMAS E ÁREA URBANAS DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO E ECONÓMICO NÃO AFETAS À ATIVIDADE PORTUÁRIA, NOS TERMOS DO DECRETO-LEI N.º 72/2019, DE 28 DE MAIO, foi aprovada, por unanimidade. ----------

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. –

11) TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS PARA OS ÓRGÃOS DAS FREGUESIAS – DECRETO-LEI N.º 57/2019, DE 30 DE ABRIL).---

A Senhora Presidente da Mesa questionou se alguém queria intervir, tendo-se inscrito os Senhores Deputados Municipais, Luís Brandão, João Louceiro e Ana Luzia Cruz. ----------

1) A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Deputado Municipal, Luís Brandão que questionou sobre o facto de todas as Assembleias de Freguesia, por unanimidade, terem recusado a transferência, mas tem conhecimento que algumas já tinham sido assumidas pelas mesmas. Uma vez que a transferência de responsabilidades, no artigo 2.º número 1 é cópia da Lei n.º 75/2013, artigo 132, o número 1 eram da responsabilidade das Juntas de Freguesias e o número 2 eram da responsabilidade da Câmara que agora são transferidas para as freguesias, como iria ser articulado. Perguntou ainda sobre o que a Câmara iria fazer para ajudar as juntas, quanto às treze competências que iriam ser transferidas (inicio: após 5 horas; fim: após 5 horas e 03 minutos). ----------

A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que afirmou que o diploma entraria em vigor em 2021, e com muita calma, o município irá ver como aplicá-lo. Por isso, o Município concordou que as Freguesias dissessem não, e que o próprio Município também diga não. Afirmou que o Decreto-Lei se aplica, com alguma vantagem, a meia dúzia de municípios, e não faz sentido face à realidade de Municípios com três, quatro ou cinco mil habitantes e com cem funcionários ou oitenta, mas atendendo a que no preâmbulo consta que o modelo é o de Lisboa, fica tudo explicado. Atualmente as transferências são asseguradas pela lei orçamental para o ano 2019, com as respetivas transferências financeiras. A Câmara vai transmitir à DGAL que nem o município nem as freguesias aceitam a aplicação deste Decreto-Lei, para já, mas em 2021 entrará em vigor. (inicio: após 5 horas e 03 minutos; fim: após 5 horas e 10 minutos). ----------

2) A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Deputado Municipal, João Louceiro, que leu a intervenção que a seguir se transcreve: ----------

"Esta derradeira matéria de transferência de competências, neste caso do município para as freguesias, vem para conhecimento da assembleia municipal. ----------
Verificamos que as cinco assembleias de freguesia, sob proposta dos respetivos executivos, cremos que por iniciativa de quem a eles preside, deliberaram não aceitar a transferência de competências que lhes era dirigida. O que, aliás, aconteceu com grande consenso e com a concordância dos eleitos pela CDU, nos casos da Pampilhosa e de Barcouço. ----------
O PCP nada tem a opor, diga-se. Pelo contrário, acompanha o sentido de precaução que, neste caso, parece ter prevalecido. Seria estulto embarcar "às cegas" nesta aventura e as assembleias de freguesia fizeram bem em optar por uma sensata cautela. ----------
As justificações apresentadas para a rejeição da transferência merecem a atenção da assembleia municipal: a avaliação negativa da capacidade de receber e exercer as competências, a não verificação das condições para tal, a necessidade de mais tempo para ajustar recursos e meios, os prazos insuficientes, a apreciação geral do processo, as implicações financeiras, humanas e organizacionais, a necessidade de ponderação e de cuidados responsáveis na defesa dos interesses da autarquia... --
O que aqui se tem de estranhar não é, portanto, o que parece ser um exercício responsável de ponderação e cautela. O que se estranha é que esta não tenha sido a atitude adotada em relação a todos os outros pacotes de transferência de competências que discutimos em várias sessões e que foram sendo aprovados por esta assembleia... ----------
O que aqui se estranha, em particular, é que os senhores e a senhora presidentes de junta, todos do PS, que têm assento nesta assembleia municipal, se mostrem, e bem, cuidadosos e responsáveis nas matérias que melhor conhecem, que têm implicações no órgão autárquico a que presidem, mas que tenham protagonizado uma atitude completamente diferente em relação a outros domínios que, estamos em crer, conhecerão menos... ----------
Nestes, a precaução e as cautelas ficaram à porta, substituídos pela mera obediência partidária. Foi o que aconteceu com a municipalização da educação e outros domínios em que os resultados do que aqui ajudaram a aprovar vão-se revelar com o tempo. E não vão ser bons de ver. ----------
O PCP está de acordo com a decisão tomada pelas freguesias e com a proposta que a CMM aquí traz".(inicio: após 5 horas e 10 minutos; fim: após 5 horas e 14 minutos).
3) A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra à Senhora Deputada Municipal Ana Luzia Cruz que, que leu a declaração que a seguir se transcreve: ----------
"Seria até interessante esta transferência se a ela estivesse associada maior autonomia das freguesias. Notamos que a posição do conjunto de freguesias foi a de recusar estas transferências alegando falta de recursos, de meios humanos e necessidade de mais tempo para fazer levantamento das necessidades reais. As freguesias acabam por revelar maior cautela do que o executivo camarário que quis as primeiras competências por atacado, depois foi começando a recusar as últimas por já se considerar com os recursos esgotados e o pessoal sob stress, mesmo que

em campanha tenha dito que as aceitaria todas. Ao bom senso das freguesias, junta-se a triste realidade da falta de meios financeiros para estes pequenos territórios e em que os recursos são muitas vezes canalizados apenas para a sede de concelho". (inicio: após 5 horas e 17 minutos; fim: após 5 horas e 19 minutos). ----------E, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, pela 01 hora e 21 minutos, do dia 29 de junho de 2019, da qual se lavrou a presente ata, que vai ser assinada, por mim, Maria de Laçalete Mendes Ferreira e Godinho, Técnica Superior, nomeada por Despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal, para apoio administrativo à Assembleia Municipal, e pela Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em conformidade com o disposto no n.º 2 do art.º 92.º da Lei n.º 169/99,de18 de Setembro. ----------